



Presidência da República

6 anos do REAL

Crescimento e Desenvolvimento Social



Julho 2000

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**6 ANOS DO REAL
CRESCIMENTO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

JULHO DE 2000

Brasil. Presidente (F.H. Cardoso)

6 Anos do Real. Crescimento e Desenvolvimento Social.
— Brasília: Presidência da República, 2000.

79 p.: il. — (Coleção Documentos da Presidência da República)

1. Plano Real — Brasil. 2. Política Econômica — Brasil.
I. Título. II. Série

CDD 330.981

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	05
ECONOMIA.....	15
I – INFLAÇÃO.....	17
II – ATIVIDADE ECONÔMICA.....	20
Crescimento.....	20
Investimento.....	22
Agricultura.....	24
III – SETOR EXTERNO.....	28
Exportações e Crises Externas.....	29
Transações Correntes.....	32
Mercosul.....	34
IV – EMPREGO E SALÁRIOS.....	35
Emprego.....	35
Salários.....	37
V – POLÍTICA FISCAL E REFORMAS EXTRUTURAIS.....	38
Privatização.....	42
Papel do Estado na Privatização e Agências Reguladoras.....	43
Defesa da Concorrência.....	44
Defesa do Consumidor.....	44
VI – CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	45
DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	47
EDUCAÇÃO.....	50
SAÚDE.....	57
ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	62
INICIATIVA PRIVADA E AÇÕES SOCIAIS.....	64
PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	65
REFORMA AGRÁRIA.....	69
AVANÇA BRASIL.....	70
COMUNIDADE SOLIDÁRIA.....	71
CONSUMO E QUALIDADE DE VIDA.....	73

APRESENTAÇÃO

Transcorridos seis anos desde o lançamento do Plano Real, o País exhibe uma trajetória marcada pela consolidação do processo de estabilidade de preços, pela retomada do crescimento econômico e por conquistas mais sólidas na área social.

CONSOLIDAÇÃO DA ESTABILIDADE

Embora o Plano Real se tenha revelado muito mais do que um plano de estabilização, o êxito no combate à inflação foi a sua primeira conquista, que abriu caminho para avanços em outros campos. Considerado o período de julho de 1994 até maio de 2000, a taxa média de inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, foi de apenas 11,4 % ao ano, o que contrasta com a média de 1.280,9% ao ano, durante os cinco anos anteriores (1988 - 1993).

A drástica queda da inflação no início do Plano e sua manutenção em níveis muito baixos praticamente eliminaram um dos principais fatores de concentração de renda.

A mudança na política cambial, em janeiro de 1999, representou um desafio à manutenção do processo de estabilização. Não se materializaram, entretanto, as previsões de alta substancial na taxa de inflação nem de recessão generalizada. No final daquele ano, a inflação, medida pelos índices de preço ao consumidor, não ultrapassou os 10%, um resultado muito satisfatório, sobretudo se levarmos em conta a magnitude da desvalorização cambial (da ordem de 45%, nos doze primeiros meses após a adoção do câmbio flutuante) e a ocorrência simultânea de outros fatos adversos à estabilização, principalmente o aumento de mais de 120% nos preços do petróleo importado. Ao mesmo tempo, ao invés de recessão, tivemos crescimento do PIB, ainda que modesto, 1%, segundo a última estimativa do IBGE. São dados que mostram ter o Brasil superado melhor os desafios da desvalorização cambial do que outros países, como Coréia, México, Filipinas e Indonésia, onde houve recessão profunda e/ou forte alta da inflação.

RETOMADA DO CRESCIMENTO

Uma das conquistas mais expressivas do Plano Real foi a de derubar taxas elevadíssimas de inflação e, ao mesmo tempo, assegurar um significativo crescimento econômico nos seus quatro primeiros anos. De fato, entre 1994 e 1997, a economia cresceu a uma taxa média anual de 3,8%.

O ritmo de crescimento da economia reduziu-se em consequência das crises internacionais, sem dúvida entre as maiores da segunda metade do século XX, ocorridas em 1997 e 1998. Ainda assim, o crescimento médio observado entre 1994 e 1999, de 2,8% do PIB, é significativamente superior ao verificado nos seis anos imediatamente anteriores (1988 a 1993), quando o PIB expandiu-se, em média, apenas 0,7% ao ano.

Mais importante é que, superados os abalos das crises internacionais de 1997 e 1998, o crescimento está de volta, em bases sólidas. A recuperação da economia se consolidou no primeiro quadrimestre de 2000. De janeiro a abril, em relação a igual período do ano passado, a produção industrial cresceu 6,6%, com vigorosa expansão de 19,7% do setor de bens duráveis (automóveis, eletroeletrônicos, etc). No mesmo período, observou-se um nítido recuo de todos os índices de preço (entre janeiro e maio, os principais índices de preço ao consumidor apresentaram as taxas de inflação mais baixas desde sua criação).

Um dos motores da retomada do crescimento econômico tem sido a elevação das exportações, que se expandiram 13% em valor e 34% em volume, se comparados os períodos antes e depois das crises externas (i.e. o 1º trimestre de 1997 com o 1º trimestre de 2000). Sobressai a forte expansão das exportações de manufaturados (24% em valor e 40% em volume), o que mostra que a desvalorização do câmbio vem produzindo os resultados esperados. Também estão em expansão os investimentos e o consumo do setor privado, alimentados pela maior oferta de crédito, queda na taxas de juros, hoje em seu nível mais baixo em todo o período do Real, e maior confiança no futuro.

A retomada se vem refletindo na criação de mais empregos. Em abril atingiu-se uma marca recorde: a geração de mais de 850 mil novos empregos nos últimos doze meses, número maior do que o observado

em maio de 1995, no auge do Plano Real, quando se verificou o recorde anterior. Nesse novo e promissor ciclo de criação de empregos, a indústria voltou a abrir vagas, fortalecendo o mercado de trabalho no setor formal.

Nesse contexto, a economia deve crescer em torno de 4% no ano 2000, com a inflação de preços ao consumidor bastante abaixo da registrada em 1999. Em relação ao IPCA, que serve de parâmetro para a política de metas de inflação, implantada após a adoção do regime de câmbio flutuante, o mercado projeta uma inflação muito próxima ao núcleo da meta definida para 2000, isto é, 6%, taxa em torno da qual também deverão se situar os demais índices de preço ao consumidor.

A recuperação da economia brasileira não teria sido possível sem o firme compromisso com a austeridade fiscal (refletido na elevação do superávit primário de 0% do PIB em 1998, para 3,1% em 1999). Graças à solidez da política fiscal, é que se pôde ampliar a oferta de crédito na economia e reduzir os juros. Os resultados fiscais positivos foram consequência de inusitada redução das despesas públicas, em valor correspondente a 0,9% do PIB, embora tenha ocorrido também elevação de receitas, correspondente a 0,5% do PIB, entre 1999 e 1998.

A recuperação econômica foi acompanhada de duas grandes reformas (a da Previdência Social e a Administrativa) e da Lei de Responsabilidade Fiscal, alicerces de um novo regime fiscal.

A reforma da Previdência Social desarmou uma verdadeira bomba relógio, o principal fator de desequilíbrio fiscal no Brasil, impedindo que os déficits previdenciários continuassem sua trajetória explosiva.

Na previdência do setor privado (INSS) foi alterada a regra de cálculo dos benefícios, com a instituição do fator previdenciário. A nova regra torna o benefício a ser recebido uma função do valor das contribuições realizadas, da idade ao se aposentar e da expectativa da duração do benefício. Ou seja, introduziram-se critérios atuariais no sistema previdenciário, para torná-lo financeiramente equilibrado ao longo do tempo, assim garantindo que haverá dinheiro para pagar as aposentadorias e pensões no futuro. Junto com a reforma, adotaram-se várias medidas para aumentar o número de contribuintes da Previdência. Dessa maneira, além de elevar as receitas, se quer assegurar um seguro social básico para milhões de brasileiros que hoje não contam com qualquer tipo de

proteção dessa natureza, sobretudo trabalhadores por conta própria e empregadas domésticas.

Com a reforma administrativa, foi adotado, para os servidores públicos federais, exceto para as carreiras típicas de Estado, ou seja, aquelas que não existem no setor privado, um novo regime de trabalho. A relação trabalhista dos trabalhadores que ingressarem no serviço público depois da reforma será regida por contratos do setor privado (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT). Assim, as aposentadorias desses servidores estarão submetidas ao teto do INSS. Essa medida, além de combater o déficit da previdência do setor público, contribui para tornar menos desiguais os benefícios dos regimes previdenciários dos trabalhadores do setor privado e do setor público.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limites para despesas com pessoal, para a dívida pública e outras variáveis das finanças públicas. Obriga o gestor público a assumir compromissos com metas fiscais e a prestar contas a respeito. Cria regras duras para evitar gastos eleitoreiros e impõe disciplina na gestão dos recursos da sociedade pelo governo, para evitar a geração de déficits imoderados. Nenhum governante, por exemplo, poderá criar uma nova despesa, que tenha duração por mais de dois anos, sem indicar sua fonte de receita ou sem reduzir outras despesas já existentes. A Lei de Responsabilidade Fiscal, que teve apoio tanto do governo, como de parte da oposição, representa um novo código de conduta para administradores públicos e constitui um divisor de águas na história da gestão pública no Brasil.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMAS DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA E DE EXCLUSÃO SOCIAL

Em um país com as marcantes desigualdades do Brasil, os programas de erradicação da pobreza e de combate à exclusão social têm alta prioridade.

No período 1990 – 1998, 13 milhões de pessoas ultrapassaram a linha de pobreza, reduzindo o percentual da população pobre do país de 43,8% para 32,7% (equivalente a 50,1 milhões de habitantes).

Também reduziu-se significativamente, de 1992 a 1997, a proporção de domicílios que não tinham acesso a serviços básicos do Esta-

do: sem serviços adequados de abastecimento de água – diminuiu do nível de 25% para 19%; sem esgoto sanitário – diminuiu de 48% para 41%; sem energia elétrica – diminuiu de 12% para 7%; sem coleta de lixo – diminuiu de 36% para 26%.

Ampliou-se o acesso à terra no Brasil, em consequência da implantação, a partir de 1995, do maior programa de reforma agrária contemporâneo. Em seis anos, foram assentadas 400 mil famílias em área correspondente a duas vezes o território da Bélgica.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), agora administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, concede créditos com juros favorecidos a pequenos agricultores familiares, e a cooperativas e associações agrícolas. Os empréstimos para custeio da safra e para atividades pecuária têm o limite máximo de R\$ 5 mil, e os destinados a investimentos vão até R\$ 15 mil. De 1995 a 2000, o PRONAF já beneficiou 1,5 milhão de famílias, em mais de 4 mil municípios, com um total de recursos da ordem de R\$ 10 bilhões.

As profundas desigualdades e a concentração de renda estão na raiz de problemas sociais graves que o País continua a enfrentar, dentre os quais ressaltam a criminalidade e a violência. O Governo vem-se empenhando na aprovação de leis que coíbam o comércio de armas e na implantação do Plano Nacional de Segurança Pública, elaborado em junho de 2000.

Esse plano, de alcance muito abrangente, engloba 124 medidas, várias das quais de aplicação imediata. Deverá assegurar aporte substancial de recursos também aos Estados e Municípios, que têm papel direto e relevante nas questões de segurança pública e que efetivamente agem onde os problemas nesse campo são mais agudos. Esse plano deverá ampliar a cooperação entre os diferentes órgãos ligados à questão, em todos os níveis.

EDUCAÇÃO

O Governo definiu como prioridade na política educacional a expansão do ensino fundamental. Com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), foi corrigida a distorção que consistia na inexistência de

correspondência entre repartição de recursos e número de alunos matriculados. A divisão da receita entre o Estado e seus municípios passou a ser proporcional ao número de alunos matriculados. Além disso, o Fundo definiu um gasto mínimo por aluno/ano, o que beneficiou muito os Estados mais pobres.

Outras transformações importantes foram a municipalização do ensino fundamental e a estadualização do ensino médio. Pelo Programa Dinheiro Direto na Escola, por exemplo, as escolas passam a receber diretamente os recursos federais. Isto eliminou a manipulação política das verbas, possibilitou mais controle do gasto pelas comunidades, e estimulou a criação de Associações de Pais e Mestres ou de Conselhos Escolares, que atualmente administram os recursos em parceria com a direção da escola.

A evolução dos indicadores sobre educação no Brasil revela progressos altamente expressivos:

- Em 1992, 18,2% das crianças entre 7 e 14 anos não estavam na escola. Em 1999, apenas 4% não estavam matriculadas. O País está muito próximo da universalização do acesso ao ensino fundamental.
- A expansão do ensino fundamental resultou num crescimento significativo do número de matrículas no ensino médio: 57,7% entre 1994 e 1999.
- A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais reduziu-se de 18,3% para 13,8%, entre 1990 e 1998.
- O Programa Nacional do Livro Didático distribuiu gratuitamente, no período 1995 – 1999 mais de 350 milhões de livros didáticos. Somente em 1998, foram distribuídos cerca de 110 milhões de livros didáticos para alunos do ensino fundamental e do ensino médio.
- O Programa TV Escola, criado há 3 anos com o objetivo de capacitar professores a distância, foi responsável pela distribuição de um “kit” (televisão, aparelhos de videocassete, fitas e antena parabólica) para todas as escolas de ensino fundamental com mais de cem alunos. Os programas educativos chegam às escolas via satélite e atingem aproximadamente 1 mi-

lhão de professores e 28 milhões de estudantes. O Programa TV Escola significa hoje muito mais do que formação de professores, pois atua junto à comunidade, com sessões de documentários abertas à população nos fins de semana.

- O Programa Informática na Educação (PROINFO) foi responsável pela instalação de 30 mil computadores e acessórios em mais de 2 mil escolas, beneficiando cerca de 200 mil alunos. Até 2001, a meta é instalar 100 mil computadores em 6 mil escolas.
- A expansão da matrícula no ensino superior, a partir de 1995, foi da ordem de 424 mil. Em 1998, havia mais de 2,1 milhões de alunos no ensino superior, um acréscimo de 28% em relação a 1994. O número de alunos na pós-graduação aumentou de 43 mil, em 1994, para 53,9 mil em 1999. No mesmo período, o número de doutores formados por ano cresceu de 2,7 mil para 4,7 mil, e o número de bolsas concedidas passou de 5.867 para 8.009.
- O sistema brasileiro de pesquisa e pós-graduação só é comparável, no mundo em desenvolvimento, aos da China e da Índia, países bem-sucedidos nesse campo. Em 1999, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) concederam 77 mil bolsas de estudo, enquanto que em 1951, quando foi criado o CNPq, o número de bolsas foi de apenas 70.

SAÚDE

O modelo brasileiro de atenção à saúde está passando por profundas mudanças. A principal expressão dessas transformações foi a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que tem como principais características: a descentralização, com direção única em cada esfera de governo; a regionalização; a participação da sociedade; e o exercício do controle social, por meio de instâncias colegiadas, e o financiamento pelas esferas federal, estadual e municipal.

Da mesma forma, o Piso de Atenção Básica (PAB) descentralizou os serviços, praticamente eliminando a possibilidade de discriminação política e tornando factível o controle da prática do clientelismo. Os

recursos federais são canalizados mensalmente aos municípios, sem interferência de nenhuma autoridade local.

Os planos e seguros de saúde passaram a ser regulamentados e foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar para controlar e fiscalizar o setor.

Outra iniciativa de grande relevo foi a chegada ao mercado brasileiro dos primeiros remédios genéricos, em janeiro de 2000. Os genéricos estão sendo vendidos por preços entre 30% e 55% inferiores aos de seus correspondentes de marca, com as mesmas propriedades terapêuticas.

A lógica tradicional, que privilegiava o tratamento das doenças apenas em hospitais, está sendo substituída, de forma crescente, por ações de medicina preventiva. Diversos programas criados ou ampliados a partir de 1995 tornaram-se instrumentos dessa mudança:

- Programa de Agentes Comunitários de Saúde: pessoas das próprias comunidades são treinadas para disseminar informações sobre cuidados básicos de saúde. Hoje, esses agentes atendem a 65 milhões de cidadãos.
- Programa de Saúde da Família: iniciado em 1994, o Programa de Saúde da Família garante assistência a cerca de 21 milhões de pessoas. De 328 equipes, logo que começou, passou-se para 6 mil, em 1999, que atuam em todas as regiões do País. No mesmo período, o número de municípios atendidos aumentou de apenas 55 para 2 mil. Em 1998, a verba para os dois programas (Agentes Comunitários e Saúde da Família) era de R\$ 218 milhões. Um ano depois, subiu para 380 milhões, com aumento de 74,3%. Em 2000, a previsão é de novo aumento, desta vez para R\$ 680 milhões.
- Programas de Vacinação: Em um só dia, todos os anos no Brasil, perto de 20 milhões de crianças são vacinadas contra várias doenças, entre as quais a poliomielite. De 1996 a 1999, os recursos para campanhas de vacinação passaram de R\$ 145 milhões para R\$ 270 milhões, o que possibilita o aumento da cobertura e a aplicação de novas vacinas preventivas contra gripe, pneumonia, rubéola, sarampo, hepatite B, meningite,

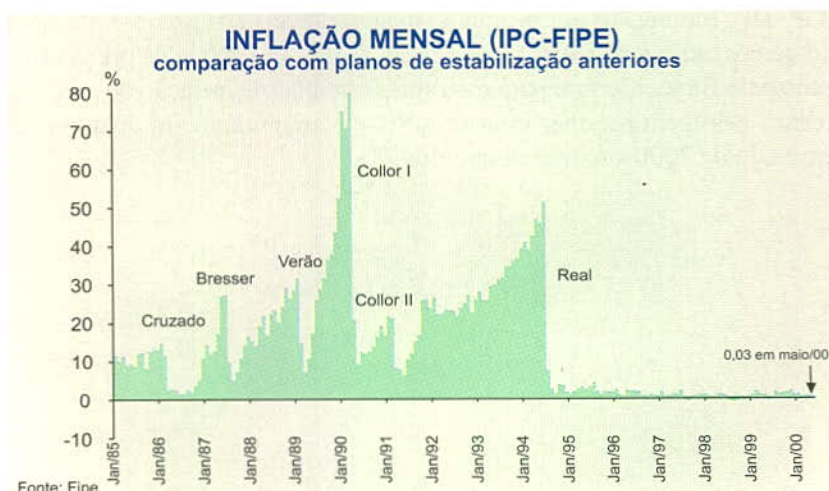
difteria e tétano. Nove milhões de pessoas com mais de 65 anos são vacinadas anualmente contra a gripe.

- Cuidados com a AIDS: o Brasil é apontado pela Organização Mundial de Saúde como um exemplo, porque mantém um dos melhores programas de prevenção à AIDS do mundo. É um dos poucos países que fornece gratuitamente, às pessoas infectadas, os medicamentos que retardam o avanço do HIV. O custo do programa é alto, e atingiu R\$ 487 milhões em 1999.
- Programa de Redução da Mortalidade na Infância: criado em 1995, esse programa concentra as ações de imunização, saneamento, nutrição, assistência à saúde da mulher e da criança e implantação dos programas de Agentes Comunitários e de Saúde da Família. Como resultado, entre 1989 e 1998 a taxa de mortalidade infantil declinou de 50,9 para 36,1 por mil nascidos vivos: uma queda de 29,1% em nove anos.

Seis anos após o lançamento do Plano Real, o Brasil é um país melhor. Combina crescimento econômico sustentado com desenvolvimento social baseado em programas eficazes em áreas como educação e saúde. Ainda há muito por fazer para construir o Brasil dos nossos sonhos, com a face humana de maior justiça social e de melhor distribuição de renda. Mas os avanços já são expressivos e encorajadores. A economia é mais sólida e dinâmica. A sociedade está mais exigente e participativa. O Estado é mais empreendedor e eficiente. O Brasil segue no caminho certo.

ECONOMIA

I – INFLAÇÃO



A inflação teve queda acentuada após o Plano Real. Considerado o período de julho de 1994 até maio de 2000, a taxa média de inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, foi de apenas 11,4 % ao ano, o que contrasta com a média de 1.280,9% ao ano, durante os cinco anos anteriores (1988 - 1993).

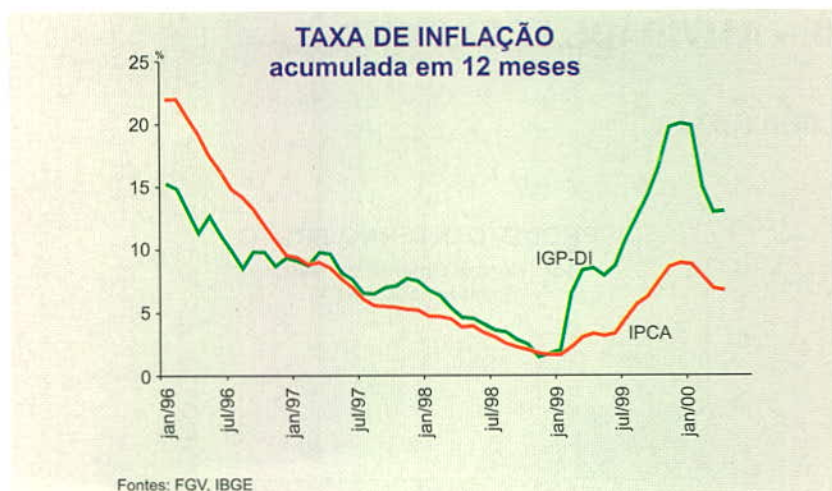
A continuidade da estabilização econômica foi assegurada em 1999, apesar da crise cambial que atingiu o País no início desse ano, no bojo das crises asiática e russa.

As medidas adotadas pelo Governo para controle da inflação afastaram o cenário de aprofundamento da recessão e do desemprego. Além da desvalorização do câmbio, outros fatores pressionaram os preços, tais como o aumento das cotações internacionais de petróleo, o ajuste de tarifas públicas e uma entressafra pressionada pela seca. Entretanto, esses fatores não produziram aceleração expressiva dos preços ao consumidor, que ficaram dentro das metas de inflação definidas pelo Governo.

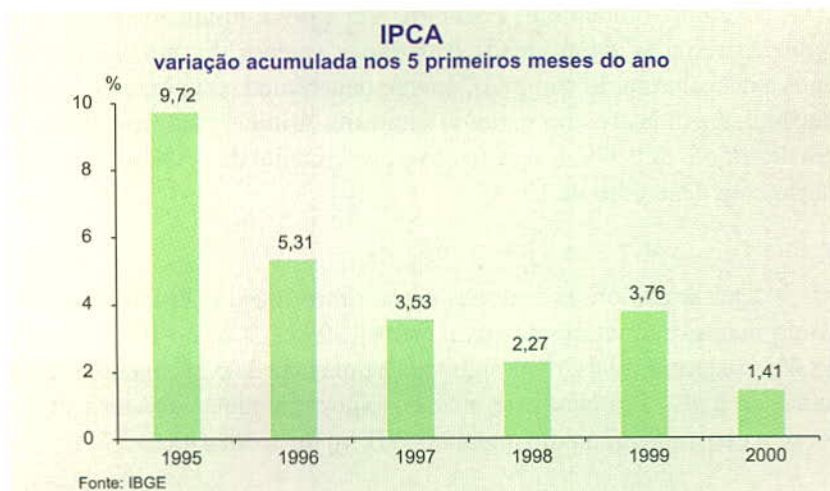
O repasse da elevação cambial aos preços foi pequeno e restrito aos bens transacionados com o exterior e a alguns preços administrados. A desvalorização e a alta nos preços do petróleo afetaram mais o IGP-DI¹ (composto por produtos, mais sensíveis aos preços externos) do que os índices de inflação no varejo. O IPCA², índice de preço utilizado pelo Banco Central para monitorar as metas de inflação do ano, encerrou 1999, em patamar inferior a 9% e o acumulado em doze meses em maio de 2000 situa-se abaixo dos 7%.

1 Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna

2 Índice de Preços ao Consumidor Ampliado

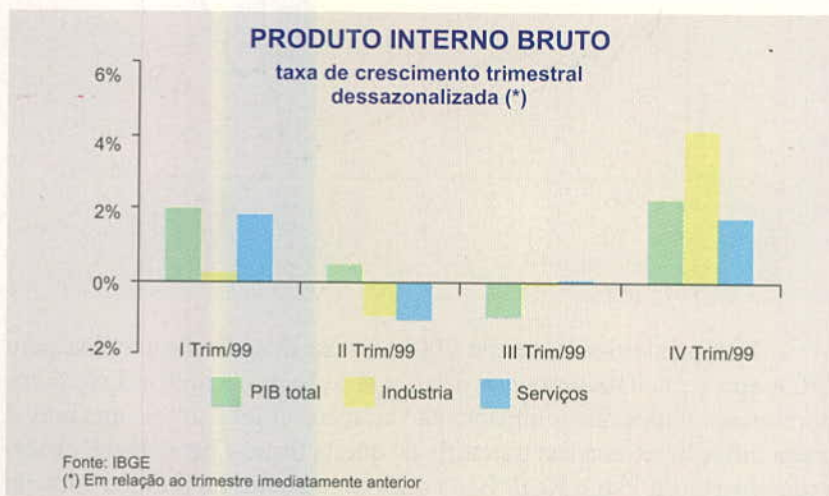


Nos primeiros meses de 2000, a taxa de inflação medida pelo IPCA apresenta a maior queda desde a criação desse índice. Esse comportamento indica que o impacto da variação cambial já foi superado, e que a inflação retoma sua trajetória de queda firme e persistente, observada a partir do Plano Real. Isso confirma o acerto da política adotada no início de 1999.



II – ATIVIDADE ECONÔMICA

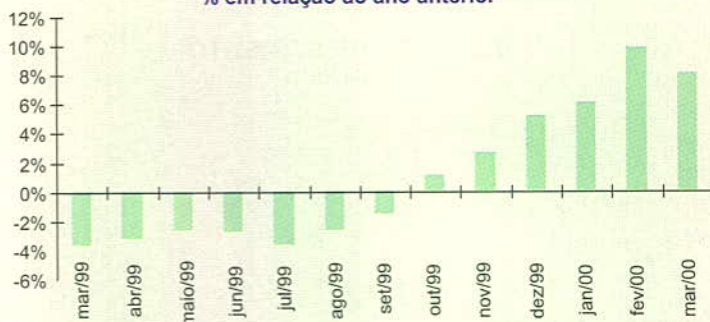
CRESCIMENTO



O comportamento da economia em 1999 foi marcado tanto pela reduzida retração da atividade econômica (menor do que a esperada após a desvalorização cambial), quanto pela rápida recuperação da produção física industrial no segundo semestre. A indústria apresentava, já em dezembro de 1999, o significativo crescimento de 8,8%, em comparação com dezembro de 1998.

Apesar das crises externas dos últimos anos, o Produto Interno Bruto manteve trajetória positiva. Entre 1994 e 1998, o PIB aumentou 18,4% em termos reais, o que equivale a uma taxa de crescimento médio anual de 2,9%. Em contraste, nos seis anos que antecederam o Plano Real, o crescimento médio anual do PIB foi de apenas 0,6%.

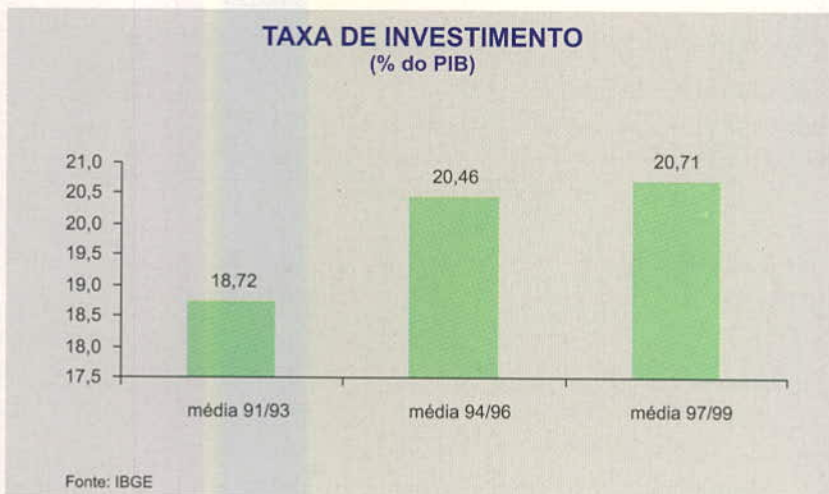
PRODUÇÃO INDUSTRIAL
 média móvel de três meses
 % em relação ao ano anterior



Fonte: IBGE

Eliminando-se os efeitos sazonais, em 1999 a produção industrial cresceu 4% no quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre. O aumento da exportação de manufaturados muito contribuiu para essa recuperação. No primeiro quadrimestre de 2000, a produção industrial atingiu um crescimento acumulado de 6,6% em relação ao mesmo período do ano passado. Essa trajetória positiva ocorre em todos os ramos da indústria. Ainda no primeiro quadrimestre de 2000, destaca-se o aumento na produção de bens de consumo duráveis, de 19,7%, e de bens intermediários, de 7,9%.

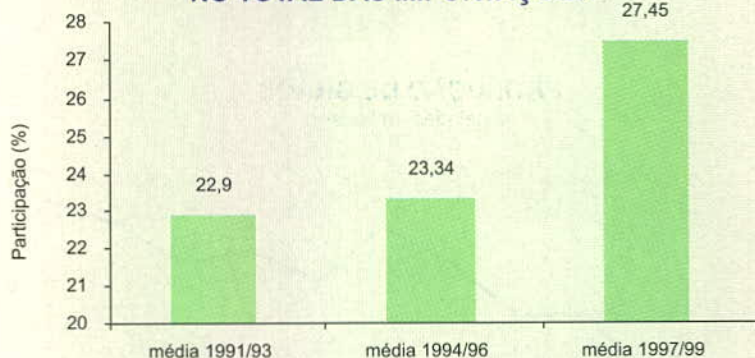
INVESTIMENTO



Um novo ciclo de investimentos está em marcha na economia brasileira. Esse ciclo está primordialmente ancorado em grandes projetos nos setores automobilístico, siderúrgico, de mineração e de papel e celulose, bem como na ampliação da infra-estrutura física. Esse fato pode ser comprovado pelo aumento da taxa de investimento como proporção do PIB, que passou da média de 18,7% no período 1991/1993 para 20,7% em 1997/1999. A elevação da taxa de investimento da economia, associada ao alongamento do horizonte de planejamento empresarial proporcionado pela estabilização, contribui para dar sustentabilidade ao crescimento do produto real.

Os indicadores de investimento mostram sinais consistentes de crescimento nos últimos meses. Destaca-se a produção de bens de capital, que cresceu 6% no primeiro quadrimestre de 2000 em relação ao mesmo período de 1999. Em 1999, o desembolso total de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) para a indústria de transformação atingiu o maior valor nos últimos dois anos. A perspectiva é de elevação ainda maior no corrente ano.

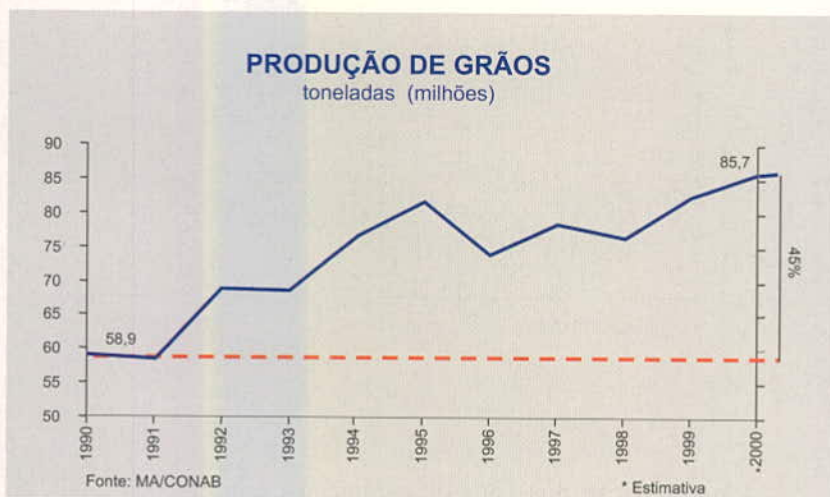
PARTICIPAÇÃO DOS BENS DE CAPITAL NO TOTAL DAS IMPORTAÇÕES



Fonte: MDIC

A participação dos bens de capital nas importações totais do País elevou-se de forma expressiva nos últimos anos, o que reflete a modernização do sistema produtivo e o conseqüente aumento de produtividade.

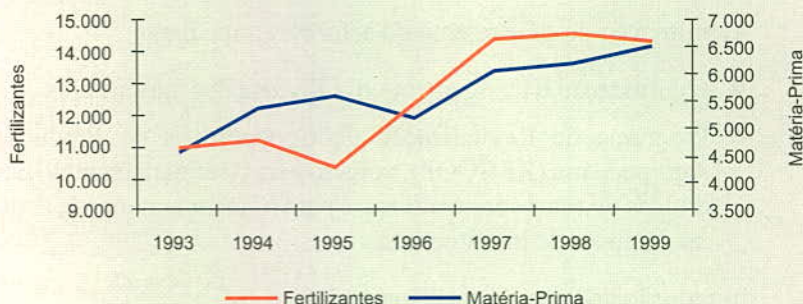
AGRICULTURA



O Brasil alcançou no ano 2000 um recorde na produção de grãos, com 85,7 milhões de toneladas, o que representa aumento de 45% em relação à safra do início da década de 1990, que foi de 58,9 milhões de toneladas.

O crescimento da agricultura brasileira, a partir de 1990, foi baseado sobretudo em ganhos consideráveis de produtividade, notadamente no setor de grãos. A produtividade média do milho subiu 45%, do arroz 74%, do feijão 36%, da soja 23%, e do trigo 10%.

CONSUMO DE FERTILIZANTES E MATÉRIA-PRIMA em mil toneladas



Vem ocorrendo crescente avanço tecnológico na agricultura brasileira. Um indicador expressivo é o do consumo de fertilizantes, que evoluiu de 11,2 milhões de toneladas em 1994 para 14,3 milhões em 1999. Seguindo essa trajetória de desenvolvimento agrícola, o consumo de nutrientes e de matéria-prima também mostrou crescimento consistente desde a implantação do Real.

Principais Medidas de Política Agrícola

A prioridade à agricultura após a implantação do Plano Real pode ser avaliada por um conjunto de medidas, dentre as quais cabe destacar:

a) promoção do saneamento do setor rural, mediante:

- securitização e alongamento das dívidas dos agricultores;
- Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP), voltado para o refinanciamento das dívidas do setor cooperativista e para o financiamento de capital de giro e de investimentos;

b) redução do “custo Brasil”, com ênfase em:

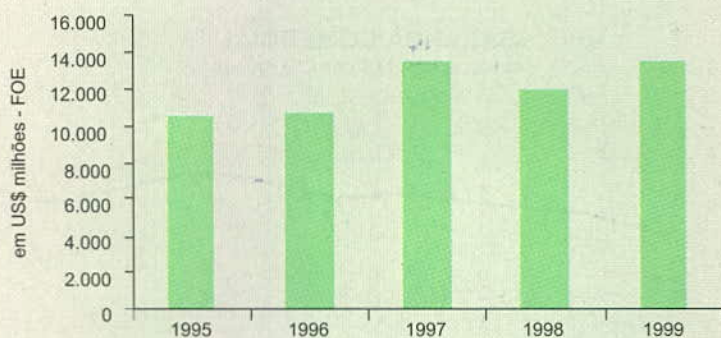
- pré-fixação dos encargos financeiros do crédito rural, em substituição à Taxa Referencial;
- desgravação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações de produtos de origem rural, o que amplia a competitividade da produção nacional.

c) prioridade à pequena propriedade.

O Governo Federal destinará recursos da ordem de R\$ 11,3 bilhões para o financiamento da safra 2000/2001, o que representa acréscimo de 36% em relação aos recursos de R\$ 8,3 bilhões programados para a safra anterior. Vale mencionar que o programa de recuperação das pastagens contará com recursos de R\$ 400 milhões/ano. Para apoiar o desenvolvimento de diversos setores da agricultura, o Plano Agrícola contempla novos programas, com abrangência em todo o País, tais como os de fruticultura, de aquícultura, e de apicultura. De forma complementar aos objetivos de incentivo à agricultura, o governo aumentou o limite de financiamento do crédito rural, e melhorou as condições de captação de recursos por parte dos agricultores. Para o apoio à comercialização da safra, serão utilizados instrumentos como Contratos de Opção, NPR, Prêmio de Escoamento do Produto (PEP), Empréstimos e Aquisições do Governo Federal (EGF e AGF).

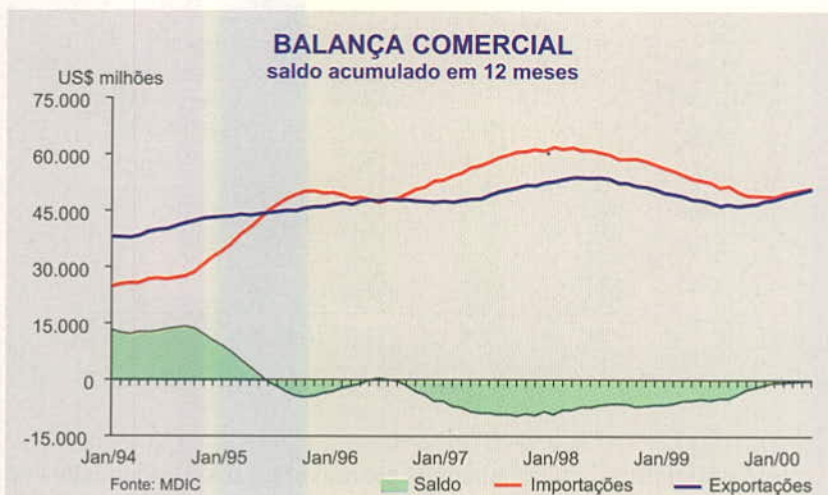
SALDO COMERCIAL AGRÍCOLA

Balança comercial do agronegócio



As iniciativas governamentais promoveram níveis adequados de capitalização do setor rural. Assim, foram decisivas para o aumento consistente da produção agrícola e do superávit comercial do setor. Esse superávit passou de US\$ 10,3 bilhões em 1992 para US\$ 13,4 bilhões em 1999.

III – SETOR EXTERNO



Ao permitir a livre flutuação do Real, a mudança do regime de câmbio promoveu uma profunda alteração nas transações externas e aliviou as restrições sobre o balanço de pagamentos do País. O efeito mais imediato da desvalorização cambial ocorreu do lado das importações, que caíram 14,8% em 1999, em relação a 1998, enquanto as exportações, ao invés de aumentarem, chegaram a recuar 6%.

Com esse desempenho, a balança comercial começou a se recuperar dos déficits dos últimos anos, e passou de um saldo negativo de US\$ 6,6 bilhões em 1998, para um saldo negativo menor, de US\$ 1,2 bilhões, em 1999. Já no início de 2000, entretanto, o saldo comercial atingiu resultados positivos, confirmando mudança de trajetória no comércio com o exterior.

A lenta reação da balança comercial após a desvalorização deveu-se basicamente ao comportamento dos preços externos. Por um lado, houve queda de 15% nos preços de produtos primários agrícolas e minerais, responsáveis por mais de um terço das exportações brasileiras. Por outro, ocorreu forte elevação nos preços do petróleo, principal item das importações brasileiras.

EXPORTAÇÕES E CRISES EXTERNAS

VARIAÇÃO PERCENTUAL DAS EXPORTAÇÕES 1º trim/1997 e 1º trim/2000

Categorias	Índice		
	Valor	Preço	Quantidade
Exportações totais	13,10	-16,30	34,50
Básicos	-11,30	-28,40	23,30
Semimanufaturados	13,50	-13,60	30,20
Manufaturados	23,70	-12,00	39,60

Fonte: Funcex

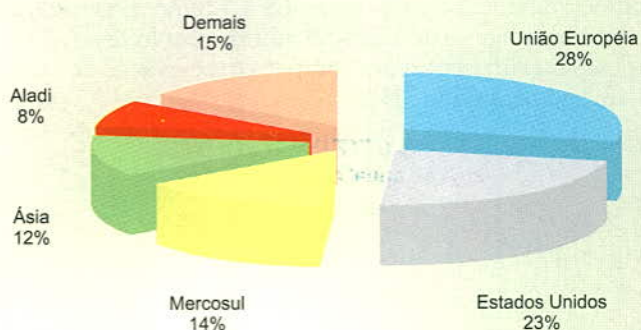
Apesar desse ambiente adverso, a comparação entre as situações antes e depois das crises externas (1º trimestre de 1997 em relação ao 1º trimestre de 2000), percebe-se que houve aumento de 13% no valor das exportações totais, em razão de expansão de cerca de 34% em volume. Merece destaque o crescimento no setor de manufaturados, de quase 40% em volume e 24% em valor, apesar de uma redução de 12% no preço.

Após um declínio de 7% em 1999, as vendas externas de manufaturados cresceram 25% nos quatro primeiros meses de 2000, e aumentaram sua participação na pauta total. Assim, o crescimento das exportações vem ocorrendo em produtos com maior valor agregado. Tal fato, agregado à substituição de importações, contribui para a retomada da produção industrial e do emprego, que vem apresentando crescimento expressivo.

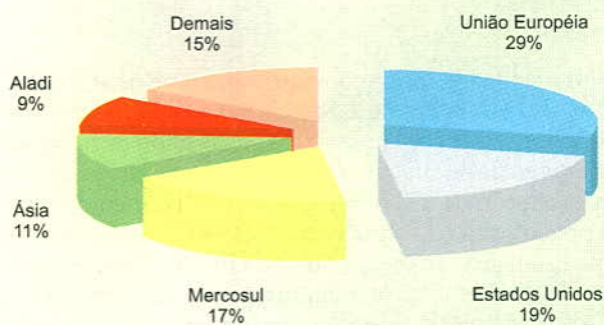


É importante ressaltar que o crescimento das exportações totais e de manufaturados, em particular, ocorre também em consequência da conquista de novos mercados, o que permite superar a retração dos países da América Latina, mercados tradicionais desses produtos para o Brasil. A participação dos Estados Unidos nas vendas externas brasileiras passou de 19% para 23% de 1998 para 1999, o que amenizou o recuo nas vendas para o Mercosul e para os países da Aladi.

MERCADOS DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES - 1999



MERCADOS DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES - 1998



TRANSAÇÕES CORRENTES

A mudança cambial de janeiro de 1999 também produziu importantes reflexos sobre a balança de serviços, na qual o déficit diminuiu em US\$ 3,6 bilhões, devido à elevação de US\$ 2,7 bilhões no saldo da conta de viagens internacionais e de US\$ 455 milhões em fretes. A diminuição dessas despesas foi suficiente para compensar a elevação dos dispêndios com juros, que aumentaram 27%.

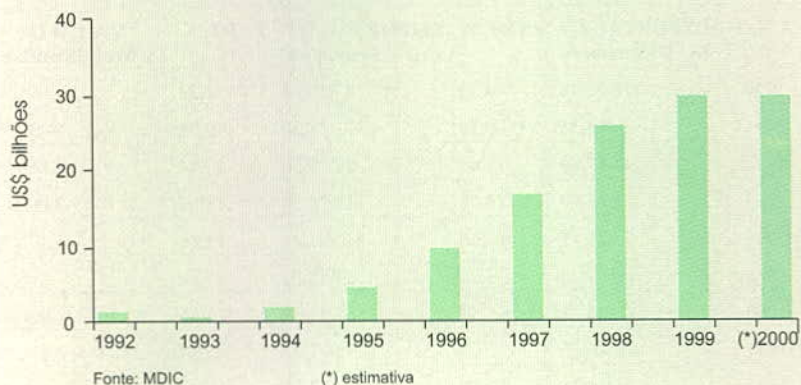


Em 1999, o saldo em transações correntes teve déficit de US\$ 24,4 bilhões, como efeito do déficit de US\$ 1,2 bilhão na balança comercial; do déficit de US\$ 25,2 bilhões em serviços; e do saldo positivo de US\$ 2 bilhões em transferências unilaterais. Comparativamente ao ano anterior, esse déficit teve redução de 27%. Em relação ao PIB medido em dólares, o déficit ficou pouco acima do observado em 1998 (4,39% contra 4,33%), devido ao efeito estatístico do menor valor do PIB em dólares, após a desvalorização cambial. Contudo, no acumulado em 12 meses até abril de 2000, essa relação já apresenta declínio, para 4,06%.

Como resultado da retomada do crescimento e do sucesso da política econômica, os investimentos diretos estrangeiros continuam a afluir em volume expressivo para o setor privado, mesmo com a redução do número de privatizações. Em 1999, entraram no Brasil cerca de US\$ 30 bilhões, o que correspondeu a 15 vezes o valor de 1994, quando ingressaram apenas US\$ 2 bilhões. Em um período de 5 anos (1995-1999), entraram mais de US\$ 80 bilhões, dos quais cerca de US\$ 23 bilhões no âmbito do programa de privatização.

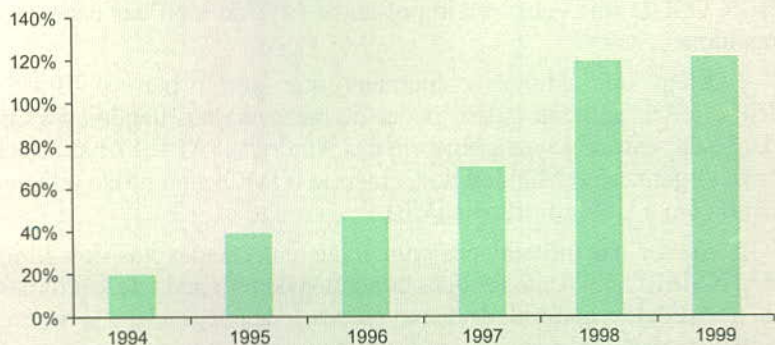
INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS LÍQUIDOS

fluxos acumulados em 12 meses



O fluxo de investimentos diretos tem sido importante fonte de financiamento para o déficit em transações correntes, o que torna o balanço de pagamentos menos dependente dos capitais de curto prazo. Em 1999, os investimentos diretos superaram em 20% o valor do déficit em transações correntes.

PERCENTUAL DO DÉFICIT EM TRANSAÇÕES CORRENTES COBERTO PELO INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO



MERCOSUL

COMÉRCIO BRASIL – MERCOSUL

A N O	EXPORTAÇÃO (X) US\$ milhões	PART. %	IMPORTAÇÃO (M) US\$ milhões	PART. %	S A L D O (X-M) US\$ milhões
1990	1.320,24	4,20	2.319,55	11,23	-999,30
1991	2.309,35	7,30	2.268,36	10,78	40,98
1992	4.097,49	11,45	2.228,56	10,84	1.868,90
1993	5.386,90	13,97	3.378,25	13,38	2.008,65
1994	5.921,47	13,60	4.583,27	13,86	1.338,20
1995	6.153,76	13,23	6.843,92	13,70	-690,15
1996	7.305,28	15,30	8.301,54	15,56	-996,26
1997	9.046,60	17,07	9.517,01	15,90	-470,40
1998	8.878,23	17,36	9.427,70	16,34	-549,46
1999	6.777,87	14,12	6.718,90	13,65	58,96

Fonte: MDIC/DECEX/GEREST

Criado em 1991, o MERCOSUL foi responsável por elevação substancial dos níveis de comércio entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Em sete anos, os fluxos comerciais foram multiplicados por quatro. Passaram de cerca de US\$ 4 bilhões em 1991 para US\$ 18 bilhões em 1998. Nesse último ano, os demais países do MERCOSUL absorveram 17% do total das exportações brasileiras, nível muito próximo dos EUA (19%) e significativamente superior aos 4,2% de 1990.

Em 1999, com a desvalorização do Real e a retração de 3% do PIB argentino, o comércio na região reduziu-se em 30%. Apesar disso, o MERCOSUL ainda absorve importantes 14% do total das exportações brasileiras

Além dos ganhos comerciais que gerou para o Brasil, o MERCOSUL aumenta nosso poder de barganha nas negociações para criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), nas relações com a Organização Mundial do Comércio (OMC) e no nosso relacionamento com a União Européia (UE).

Apesar das dificuldades comerciais enfrentadas nos dois últimos anos, o MERCOSUL já dá sinais concretos de retomada de seu dinamismo. Isto reflete a maturidade de um processo de integração que apresenta saldo de realizações positivo e indica futuro promissor para os quatro países membros e para os dois Estados associados, Bolívia e Chile.

IV – EMPREGO E SALÁRIOS

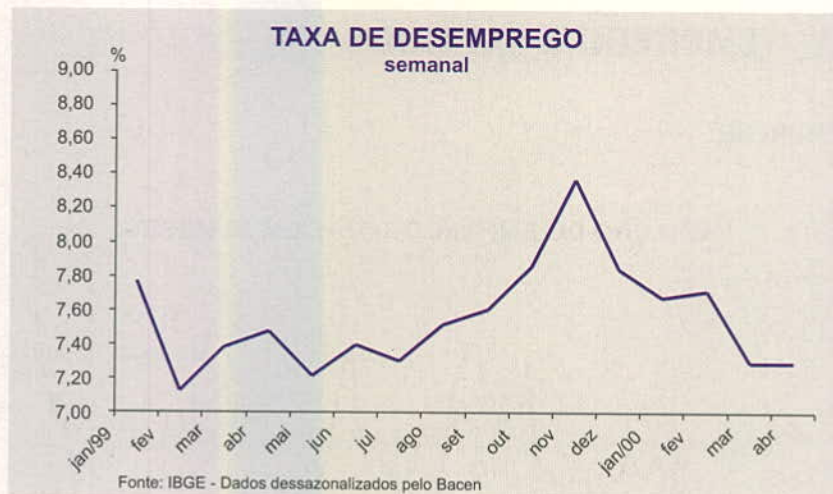
EMPREGO



O comportamento do emprego em 1999 superou as expectativas pessimistas do início do ano, decorrentes da mudança do regime cambial. A partir do segundo semestre daquele ano, o nível de ocupação indicou reversão da queda dos anos anteriores, processo que culminou com um aumento vigoroso no final do ano. Esse aumento continua significativo no ano 2000.

Após encerrar 1999 com uma adição de 418 mil postos de trabalho, no período de 12 meses terminando em abril de 2000, houve aumento de 864 mil novas vagas em relação ao mesmo mês de 1999. Esse fato representa a maior criação de empregos durante o Plano Real, e marca um novo período, em que a geração de emprego ocorre com estabilidade de preços e câmbio flutuante.

Nessa fase, deve-se destacar a contribuição da indústria para a ampliação da oferta de trabalho. Com a retomada da produção, tanto para consumo doméstico quanto para exportação, a indústria teve acréscimo de 153 mil novas vagas no período de 12 meses terminando em abril, o que confirma trajetória positiva e crescente iniciada em novembro de 1999.



Apesar do aumento da ocupação, a taxa de desemprego apresentou alta no segundo semestre de 1999, devido à expansão da População Economicamente Ativa (PEA). Esse comportamento é reflexo natural da retomada da economia, momento em que a PEA costuma aumentar acima da oferta de vagas. No entanto, a consistência do aumento da ocupação mudou a trajetória da taxa de desemprego já no final de 1999. A referida taxa passou a declinar em todos os setores de atividade e em todas as regiões do País. Por exemplo, em abril de 2000, a taxa, calculada sem os efeitos sazonais, foi de 7,31%, em comparação com 7,49% no mesmo mês de 1999.

SALÁRIOS

EVOLUÇÃO DA CESTA BÁSICA E DO SALÁRIO MÍNIMO



O rendimento médio real apresentou queda de 5,4% em 1999, em decorrência da desvalorização cambial; da alta nas cotações internacionais do petróleo; e do reajuste nas tarifas públicas.

Entretanto, o esforço do Governo para a estabilidade dos preços foi fundamental para que o custo da cesta básica não aumentasse excessivamente. O comportamento positivo da cesta, associado aos reajustes anuais do salário mínimo acima da inflação, vem elevando gradativamente o poder de compra do assalariado de menor renda. Enquanto em maio de 1994 um salário mínimo comprava 0,69 da cesta básica, em maio de 2000 um salário comprava 1,15 da cesta, ou seja, houve um acréscimo efetivo de 67%.

V - POLÍTICA FISCAL E REFORMAS ESTRUTURAIS

1 - Introdução

O Programa de Estabilização Fiscal, proposto inicialmente em outubro de 1998, representou marco no processo de transformação do regime fiscal brasileiro. O programa é composto por dois conjuntos de iniciativas: (i) medidas de natureza estrutural e institucional, que objetivavam promover o equilíbrio fiscal definitivo das contas públicas, de modo a permitir o crescimento sustentado acompanhado de estabilização econômica; e (ii) programa fiscal de curto prazo que visa à obtenção de superávits primários crescentes e suficientes para estabilizar, ao final de 1999, a relação dívida / PIB no nível de 46,9%.

O Governo Federal tem obtido sucesso na implementação desses dois conjuntos de medidas. Os resultados fiscais de 1999 e os já obtidos em 2000 superam em muito os de períodos passados. Além disso, vários foram os avanços institucionais alcançados.

2 - Recuperação fiscal

Ao longo de 1999, o Governo brasileiro deu demonstrações inequívocas de firme compromisso com a austeridade fiscal. A substituição de uma visão que privilegiava o gradualismo no tratamento da questão fiscal por um compromisso mais sólido com a geração de superávits expressivos foi muito bem-sucedida. Todas as metas trimestrais foram cumpridas. O resultado do setor público consolidado passa de 0% do PIB em 1998 para superávit primário de 3,1% do PIB em 1999.

Dois pontos devem ser considerados com relação à recuperação fiscal. Em primeiro lugar, no âmbito do Governo Federal, a diminuição de despesas foi essencial para o resultado obtido, apesar de parcela do ajuste ser decorrente do aumento de receitas (em parte extraordinárias). Enquanto a receita aumentou em 0,5% do PIB entre 1999 e 1998, a despesa diminuiu em 0,9% do PIB para o mesmo período. Esse resultado é bastante expressivo, à luz da conhecida rigidez das despesas do setor público. Além disso demonstra, mais uma vez, o compromisso com a austeridade fiscal.

Em segundo lugar, é importante ressaltar que o ajuste se deu em todos os níveis de governo. Não só o Governo Central teve uma melhora substancial de suas contas, mas também as empresas estatais, os Estados e municípios registraram evolução muito positiva. Quanto aos Estados e municípios, a melhora é em boa medida consequência dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais com a União, que foram acompanhados por várias mudanças institucionais para restringir o endividamento adicional daquelas Unidades da Federação.

O excelente resultado de 1999 vem sendo mantido em 2000. No primeiro trimestre, o resultado primário do setor público foi de R\$ 13,6 bilhões, ou 3,3% do PIB. Em comparação, em 1999 e 1998 foram, respectivamente, de R\$ 9,7 bilhões e R\$ 3,1 bilhões para o mesmo período.

Também começa a melhorar o resultado nominal do setor público. Com o fim do efeito da desvalorização cambial e a redução da taxa de juros ocorrida em 1999, o déficit nominal do setor público consolidado deverá reduzir-se, do patamar de 9,5% do PIB em 1999 para nível situado entre 3,5% e 4 % do PIB em 2000.

3 - Mudanças Estruturais

Além da melhora significativa nos resultados fiscais, houve grande avanço nas reformas estruturais, o que permitirá manter o equilíbrio definitivo das contas públicas.

Entre os avanços a ressaltar, está a evolução na reforma da Previdência Social. Dois projetos de lei foram aprovados pelo Congresso Nacional no final de 1999 e início de 2000, com o objetivo de permitir a redução do déficit do sistema previdenciário. O primeiro refere-se à Lei nº 9.876, de novembro de 1999, que altera a regra de cálculo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), e instituiu o fator previdenciário. A nova regra torna o benefício a ser recebido dependente do montante de contribuições realizadas, da idade no momento da aposentadoria e da expectativa de duração do benefício. Dessa forma, foram introduzidos critérios atuariais no sistema previdenciário, o que garante a estabilização, a médio prazo, do déficit do regime geral do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS em nível pouco superior a 1% do PIB. É importante lembrar que, sem esta alteração, a trajetória desse déficit seria explosiva.

O segundo projeto aprovado refere-se à adoção de um novo regime de trabalho para os servidores públicos federais. Pelo novo regime, os servidores admitidos no serviço público federal terão sua relação trabalhista governada por contratos do setor privado, conforme a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A grande diferença é que, de acordo com a CLT, as obrigações previdenciárias são limitadas ao “teto” do INSS, enquanto no serviço público anteriormente vinculavam-se ao salário integral no momento da aposentadoria.

Com essas mudanças, as obrigações de longo prazo da Previdência Social relativas ao pagamento de benefícios serão reduzidas. A Previdência Social é a maior fonte de desequilíbrio fiscal no Brasil e o Governo Federal está empenhado na solução desse problema.

Outro avanço de extrema importância é a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que representa marco para a mudança da gestão fiscal no País. A LRF constitui verdadeiro novo código de conduta para os administradores públicos, pois estabelece princípios, normas e limites que permitirão a implantação da cultura da gestão fiscal responsável no País. A lei incorpora a prudência, a prestação de contas e a transparência na administração de recursos públicos, nas três esferas de governo e nos três Poderes. Assim, é um instrumento-chave para permitir a sustentabilidade do ajuste fiscal de longo prazo.

A LRF fixa, ainda, limites para despesas com pessoal, para dívida pública e também determina que sejam estabelecidas metas fiscais. Nenhum governante poderá criar nova despesa continuada (por mais de dois anos) sem indicar sua fonte de receita ou sem reduzir outras despesas já existentes. Ademais, define mecanismos adicionais de controle das finanças públicas em anos de eleição. Outro ponto importante é a proibição de refinanciamento de dívidas entre dois entes da Federação. Assim, cada ente da Federação deverá efetivamente assumir postura fiscal responsável.

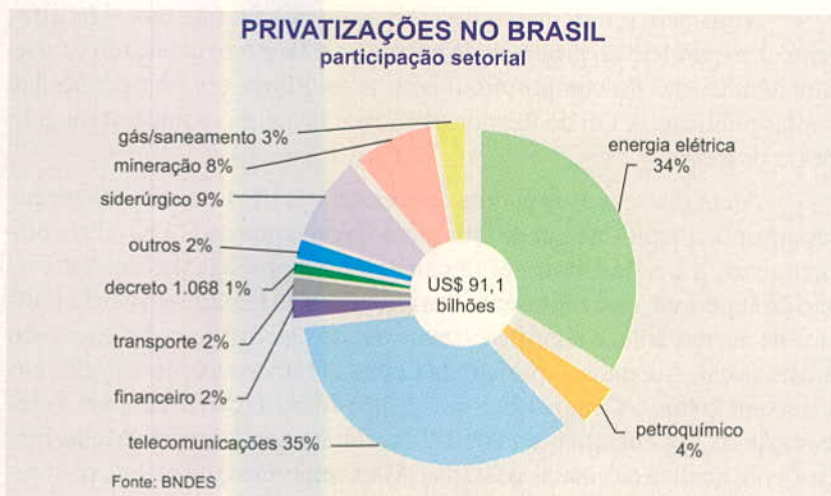
Para concretizar o ajuste nas contas públicas, diversos países têm recorrido a mudanças em seus quadros institucionais. Regras, transparência, metas e limites estabelecidos em legislação própria têm-se mostrado poderosos aliados na busca do equilíbrio fiscal. Seja por iniciativa coletiva, seja individual, a verdade é que todos esses movimentos avançam no sentido de limitar a capacidade de entes e esferas do setor públi-

co aumentarem seu endividamento, com o que transferia para gerações futuras o ônus do ajuste.

No Brasil, o tratamento dessa questão crucial não tem sido diferente. Em paralelo ao processo de reformas, o País tem avançado na institucionalização do compromisso com o equilíbrio e a boa gestão das contas públicas. A Lei de Responsabilidade Fiscal é o ponto culminante desse processo.

Além disso, outros pontos devem ser ressaltados, como os recentes aprimoramentos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Pela primeira vez, a Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada incluiu a previsão de superávit. Isso representa compromisso do Congresso com a política de austeridade, e significa grande avanço na institucionalização do ajuste fiscal. Ademais, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias enviado em 2000 ao Congresso, e que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2001, contém um Anexo de Metas Fiscais com análise das metas passadas. Mais importante, esse Anexo apresenta, conforme exigido na Lei de Responsabilidade Fiscal, uma definição de metas fiscais para os três anos subseqüentes. Isto constitui avanço na previsão, programação e transparência fiscais.

PRIVATIZAÇÃO



O Programa Nacional de Desestatização – PND, foi responsável, no período de 1991 a maio de 2000, pela privatização de 65 empresas e participações acionárias estatais federais, nos seguintes setores: elétrico, petroquímico, de mineração, portuário, financeiro, de informática e de malhas ferroviárias da Rede Ferroviária Federal – RFFSA.

Até maio de 2000, o programa de privatização (PND, o setor de telecomunicações e privatização estadual) gerou receita total de US\$ 91,1 bilhões, inclusive débitos transferidos.

PAPEL DO ESTADO NA PRIVATIZAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS

Em conformidade com tendência mundial e com as mudanças requeridas pela sociedade brasileira, o Estado moderno deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. Com o programa de privatização, o Estado brasileiro reduziu seu papel de executor ou de prestador direto de serviços. Nessa nova perspectiva, fortaleceu suas funções de regulação e de coordenação, particularmente em nível federal. Ao criar uma agência reguladora, o Governo determina que esta estabeleça para as empresas privatizadas ou concessionárias, vários critérios de melhoria no atendimento e prestação de serviços ao público; de aumento da oferta destes serviços; e de padrões de eficiência e transparência na condução de suas atividades.

Com essa visão, o Governo criou, desde o início do Plano Real, as seguintes agências reguladoras:

- Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL);
- Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
- Agência Nacional do Petróleo (ANP);
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVS); e
- Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANSS).

Embora cada agência tenha sua legislação própria, discutida com as áreas centrais do Governo, e também por decisão dos ministérios correspondentes, todas se enquadram no enfoque geral de um Estado moderno. Para aperfeiçoar ainda mais suas funções, existe um projeto de lei atualmente em análise, destinado a definir o que é uma Agência Reguladora e a aplicar a todas elas o mesmo tipo de funcionamento e os limites de autonomia e flexibilidade de operação que a Constituição permite.

Em continuidade ao esforço governamental, mais uma dezena de Agências Reguladoras serão instituídas no atual Governo, entre as quais a Agência Nacional de Águas, a Agência Nacional dos Correios, a Agência Nacional de Transportes, a Agência Nacional de Previdência Complementar e a Agência Nacional de Aviação Civil.

Com a criação dessas novas agências, que se somarão às instituições de grande porte dessa natureza, já estabelecidas, ter-se-á uma missão clara, definida e significativa, funcionando em base administrativa diferenciada. É a conformação do Estado regulador em substituição ao Estado empresário.

DEFESA DA CONCORRÊNCIA

O Estado vem assumindo no Brasil crescente papel regulador, viável no combate aos abusos do poder econômico e na defesa da concorrência. Tais atividades estão a cargo do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), integrado por três órgãos: Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda; Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça; e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Por esse Sistema, o Poder Público estabeleceu diretrizes para regular as relações de mercado e promover a defesa da concorrência.

Essa atuação do Governo tornou-se essencial, em função tanto do processo da privatização, quanto do aumento do número de fusões e associações entre empresas antes concorrentes.

Em 1999 o CADE apreciou 218 casos de concentração, o que representa aumento de 16% em relação a 1998, de 541% em relação a 1997 e 891% em relação a 1996. A crescente atuação do Governo na área de defesa da concorrência reflete a maior capacidade do Estado brasileiro para responder aos desafios da modernização, do avanço tecnológico e da globalização.

Dentre os casos examinados pelo CADE estão a privatização do Sistema Telebrás e o julgamento da fusão (AMBEV) das duas maiores empresas de cervejaria do Brasil (Antarctica e Brahma, para criação Americas Beverages – Ambev).

DEFESA DO CONSUMIDOR

O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, por um lado, procura assegurar a adequação e a informação para o consumo e, por outro lado, coibir os abusos contra os consumidores.

O Programa Defesa dos Direitos do Consumidor pretende dotar todos os municípios com mais de 20 mil habitantes com serviços do PROCON, ou de entidades civis da defesa do consumidor.

VI – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

No programa Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico, destaca-se o fomento à pesquisa básica, à pesquisa aplicada, e ao desenvolvimento tecnológico. No período 2000-2003 pretende-se investir mais de R\$ 430 milhões neste programa.

Está sendo implantado um novo modelo de financiamento da pesquisa no Brasil, a ser financiado com recursos de atividades privatizadas. Para cada setor privatizado, prevê-se a constituição de fundo de apoio à pesquisa. Já está em operação o fundo relativo ao petróleo, que deverá gerar recursos da ordem de R\$ 100 milhões. O total de recursos com que contará este fundo deverá ser da ordem de R\$ 1 bilhão.

O sistema de pesquisa e pós-graduação brasileiro só é comparável, no mundo em desenvolvimento, aos da China e da Índia. O Brasil avançou muito: em 1999 o CNPq e a CAPES concederam 77 mil bolsas de estudo e foram formados 4,7 mil doutores. Em 1951, ano da criação do CNPq, foram concedidas 70 bolsas.

Informática

O número de computadores pessoais cresceu quase cinco vezes: de 2,2 milhões em 1994, para mais de 10 milhões em 2000.

Em sintonia com tendência mundial, houve uma redução significativa nos preços de microcomputadores de uso doméstico e para pequenas empresas: diminuição de cerca de 30% em dólar (US\$ 1,300.00 em 1994 para US\$ 800.00 em 2000).

O percentual de residências dotadas de microcomputadores elevou-se significativamente, de 2,5% do total em 1995, para 7,5% em 2000.

Cerca de 40% dos equipamentos de microinformática atualmente comercializados no Brasil destinam-se a residências e a micro ou pequenas empresas, o que reflete a crescente penetração da informática na sociedade.

O Brasil já é o sétimo país do mundo em número de computadores. Além disso, o mercado brasileiro de computadores representa mais da metade do mercado latino-americano.

Em 1996, havia menos de 2 mil domínios (*sites*) da Internet no Brasil. Hoje há mais de 2 milhões desses domínios. O número de usuários da Internet também cresceu de forma muito expressiva: eram menos de 200 mil em 1995, e atualmente várias pesquisas apresentam estimativas de 6 milhões de usuários.

O faturamento do setor de informática – inclusive equipamentos digitais para telecomunicações – praticamente dobrou de 1993 a 1998, passando de R\$ 6,6 bilhões para R\$ 11,2 bilhões.

As exportações do setor cresceram acentuadamente de níveis pouco acima de US\$ 200 milhões por ano, no início da década de 90, para valores atuais próximos a US\$ 800 milhões. Com vistas a crescimento ainda maior, está sendo realizado esforço para adensamento da cadeia produtiva do setor, visando à redução de importações de componentes eletrônicos.

Importantes empresas se instalaram ou ampliaram suas unidades produtivas no País, tanto para atender o mercado interno quanto com vistas a exportações, particularmente para a América do Sul. Foram também implantados centros de desenvolvimento tecnológico, inclusive em função dos requisitos da Lei de Informática. No período 1993-1999, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento implementados pelas empresas do setor atingiram mais de R\$ 2,7 bilhões, dos quais R\$ 900 milhões em convênio com instituições de ensino e pesquisa nacionais.

Estima-se que hoje o setor de informática contribua com cerca de 100 mil empregos diretos no País, quase a metade com formação universitária. Em função também das exigências da Lei de Informática, aproximadamente 200 empresas do setor já são certificadas por normas internacionais de qualidade (ISO).

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

INTRODUÇÃO

Muitas são as causas históricas da injustiça social no Brasil, notadamente:

- A herança escravocrata;
- A relação perversa entre planos econômicos e políticas sociais; e
- A ineficiência de políticas sociais no passado.

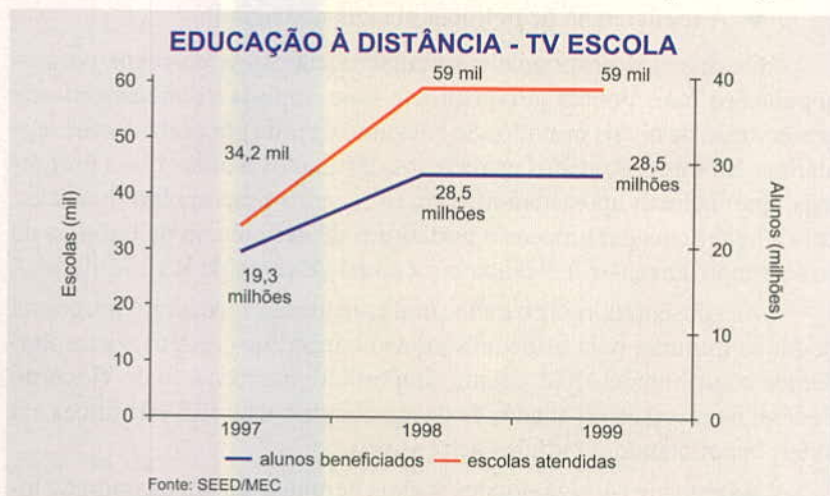
Os diversos programas de transferência direta de renda para as populações mais pobres já constituem hoje importante mecanismo de preservação de níveis mínimos de consumo e renda por parte desses segmentos. Se forem somados os recursos destinados a todos esses programas, que incluem aposentadorias rurais, seguro-desemprego, bolsa escola e benefícios para idosos e portadores de deficiência de famílias de baixa renda, chega-se à elevada cifra anual de cerca de R\$ 17 bilhões.

As aposentadorias no meio rural constituem verdadeiro programa de renda mínima, pois os benefícios são concedidos sem as correspondentes contribuições. São, assim, importante instrumento do Governo Federal na reversão do quadro de desigualdade social (R\$ 10 bilhões em 1999, beneficiando 6 milhões de pessoas).

As enormes desigualdades sociais herdadas de um passado de injustiças não podem ser eliminadas no curso de pouco mais de meia década. Entretanto, muito vem sendo feito na promoção do desenvolvimento social.

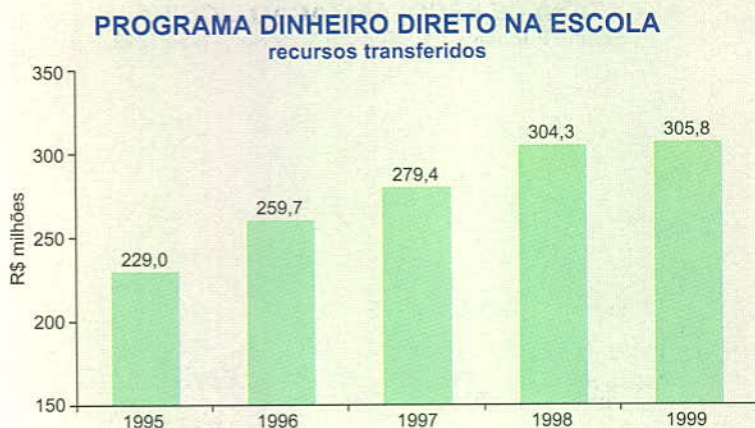
EDUCAÇÃO

A educação no Brasil melhorou significativamente nos últimos cinco anos, em larga medida graças às reformas realizadas pelo Governo Federal. Pela primeira vez na história da educação brasileira, o Ministério da Educação definiu parâmetros nacionais para a educação infantil e para os ensinos fundamental e médio, incluindo a educação indígena.



A tecnologia também está presente nas reformas educacionais. A TV Escola é um programa voltado para a educação à distância, e beneficia cerca de um milhão de professores e 28 milhões de alunos. As escolas ganham televisão, videocassete, fitas educacionais, antena parabólica e, conectadas a um canal exclusivo via satélite, recebem uma programação de alta qualidade. Em 1999, a TV Escola também passou a transmitir programas para o ensino médio (16 horas/dia de programação).

O Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) capacita professores de escolas públicas, que aprendem a usar o computador como instrumento de ensino em sala de aula. O Governo Federal, em parceria com estados e municípios, já montou a infra-estrutura de capacitação em 223 Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) em todas as unidades da Federação. Assim, beneficiou 2.276 escolas do ensino básico em 989 municípios, com mais de 30 mil micros e outros equipamentos de informática.



Fonte: PMDE/FNDE/MEC

Duas outras transformações importantes foram a municipalização do ensino fundamental e a estadualização do ensino médio. Pelo Programa Dinheiro Direto na Escola, por exemplo, as escolas passam a receber diretamente os recursos federais, o que elimina a manipulação política das verbas, possibilita mais controle do gasto pelas comunidades e estimula a criação de Associações de Pais e Mestres ou de Conselhos Escolares (que administram os recursos em parceria com a direção da escola). Mais de 56 mil novas Associações de Pais e Mestres formaram-se nos últimos cinco anos em todo o País.

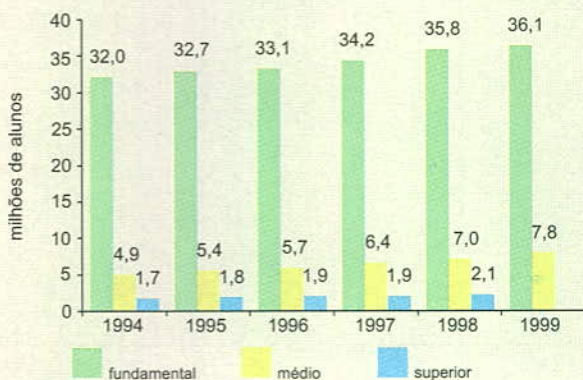
TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA

Ensino Fundamental, Médio e Superior - 1994/1999



O Brasil está perto de ter todas as crianças de 7 a 14 anos na escola, alcançando assim o objetivo da universalidade do ensino fundamental. O percentual de crianças nesta faixa etária matriculadas no ensino fundamental aumentou de 89% em 1994 para 95,5% em 1999. A expansão do sistema, que garantiu amplo acesso das crianças e adolescentes à educação, é consequência direta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e do programa Toda Criança na Escola.

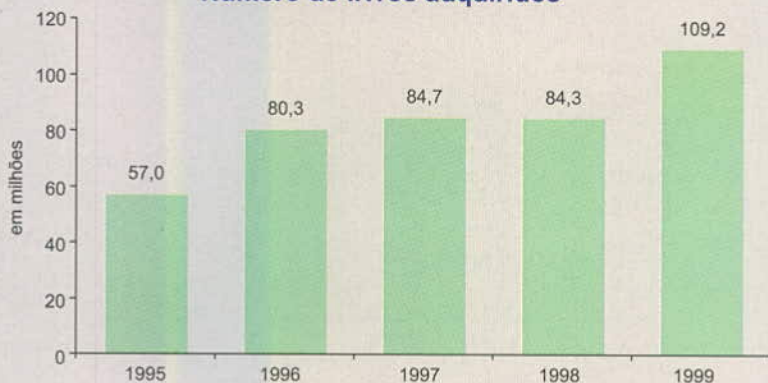
CRESCIMENTO DAS MATRÍCULAS POR NÍVEL DE ENSINO 1994/1999



Fonte: Ministério da Educação/INEP

A prioridade dada ao ensino fundamental nos últimos cinco anos contribuiu para um grande aumento de matrículas no ensino médio. Entre 1994 e 1999, o aumento foi de 57%. No ensino fundamental, esse aumento foi de 13%. Na educação superior, o aumento de matrículas foi de 28%, entre 1994 e 1998, mais do que nos 14 anos anteriores.

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO Número de livros adquiridos



Fonte: Ministério da Educação

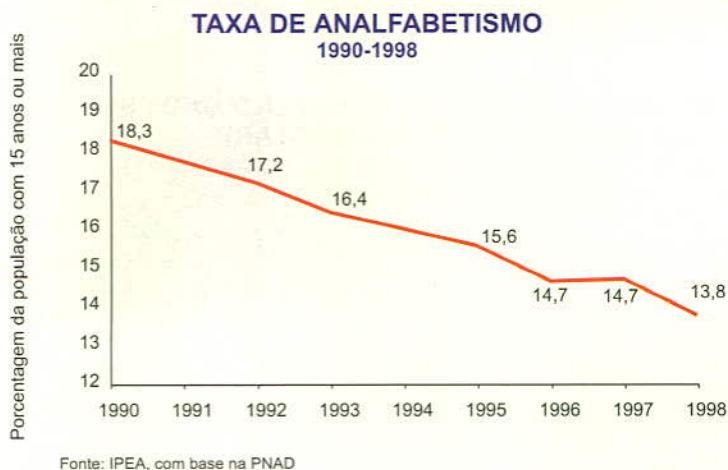
PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO Número de alunos beneficiados



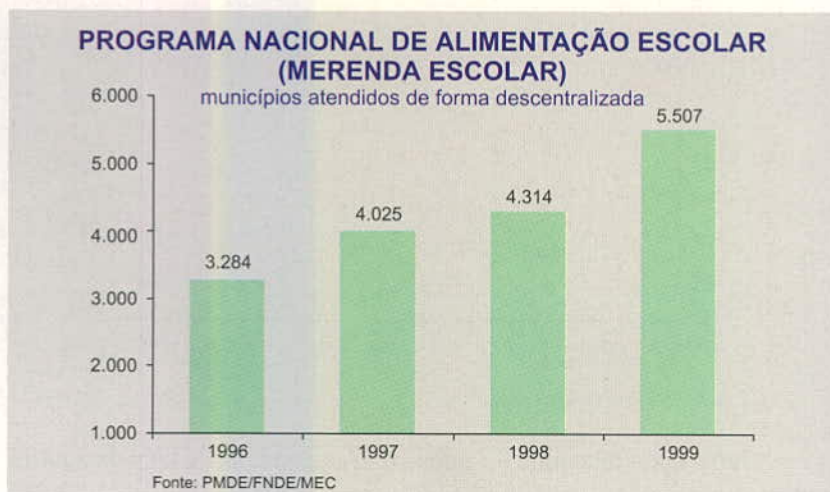
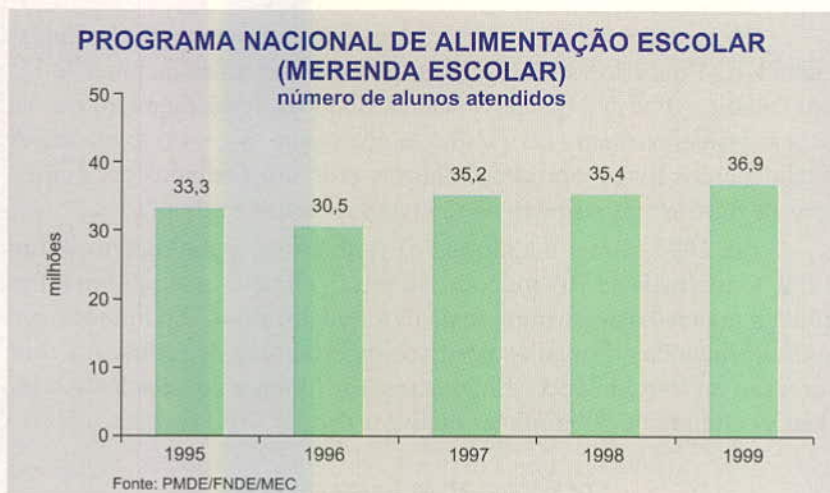
Fonte: Ministério da Educação

Para atender a todas as crianças que ingressaram no ensino fundamental, o Ministério da Educação ampliou o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que passou a distribuir os livros didáticos não só para as primeiras quatro séries, mas também para as quatro seguintes. A qualidade dos livros também melhorou, pois são avaliados por comissões de professores e só depois são recomendados e comprados.

Em 1995, foram adquiridos 57 milhões de livros didáticos. Em 1999, foram mais de 109 milhões, ou seja, o número quase dobrou. Em 2000, houve redução do número de livros adquiridos (72,6 milhões) em consequência dos resultados positivos do programa de estímulo à conservação do livro didático. Em cinco anos, foram aplicados R\$ 1,4 bilhão na compra de 500 milhões de livros para 174 mil escolas.



Outro dado relevante é a queda mais acentuada na taxa de analfabetismo entre a população de 15 anos de idade ou mais. Em 1990, 18,3% eram analfabetos; em 1998, 13,8%. A evolução mais alentadora ocorreu na faixa etária de 15 a 19 anos, onde a taxa de analfabetismo caiu pela metade, de 12% para 6%. Com a rápida redução da taxa entre os jovens, o analfabetismo no Brasil tende a se tornar um fenômeno cada vez mais restrito às gerações mais velhas.



O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Merenda Escolar) é um importante instrumento na melhoria do rendimento dos alunos, garantindo também uma diminuição real da evasão escolar. De 1996 a 1999 os recursos aplicados nesse Programa aumentaram 92% e, para 2000, estão previstos R\$ 920,3 milhões, que deverão atender a cerca de 37 milhões de alunos em todos os 5.507 municípios brasileiros.

O Sistema de Saúde no Brasil é baseado nos princípios da universalidade, da equidade e da integralidade, garantidos pela Constituição Federal de 1988 e concretizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O SUS é um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo e atua de forma descentralizada, redirecionando o papel da União e colocando nas mãos dos estados e dos municípios a execução das ações e serviços de saúde, embora cada esfera de Governo tenha um único comando. A gestão do sistema conta também com a participação da sociedade, que atua por intermédio de Conselhos de Saúde no planejamento e no controle das ações de saúde. Seu financiamento é realizado por meio de impostos e contribuições arrecadados nas esferas federal, estadual e municipal.

O Programa Nacional de Imunização tem sido considerado um dos mais completos do mundo, ofertando gratuitamente, no serviço público de saúde, vacinas para crianças, jovens, adultos e idosos. O rol de vacinas oferecidas à população brasileira foi significativamente ampliado. Encontram-se hoje disponíveis novas vacinas para a prevenção da gripe influenza, pneumonia, rubéola, sarampo, hepatite B, meningite, difteria, tétano e febre amarela.

O Ministério da Saúde, de 1998 para 1999, duplicou o volume de vacinas compradas e distribuídas, que passou de 200 milhões para 400 milhões de doses, representando um considerável aumento de gastos, de R\$ 124 milhões para R\$ 231 milhões.

O ano de 1999 representou um marco para o Programa Nacional de Imunização: comemorou-se o décimo ano sem poliomelite (paralisia infantil), considerada eradicada no País pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Alguns instrumentos da nova política de atenção básica à saúde são os programas Agentes Comunitários de Saúde (PACS), Saúde da Família (PSF), Combate a Carências Nutricionais, Assistência Farmacêutica Básica e Ações Básicas de Vigilância Sanitária, para os quais são repassados incentivos financeiros específicos para sua implementação. Desde agosto de 1999, o total disponível para o financiamento desses cinco programas foi elevado para R\$ 750 milhões anuais.



O Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS) tem por meta contribuir para a reorganização dos serviços municipais de saúde, para a integração das diferentes ações e para o estabelecimento de um vínculo efetivo entre a comunidade, as unidades e os profissionais de saúde. Para tanto, os agentes comunitários realizam visitas domiciliares e desenvolvem ações de vigilância sanitária e epidemiológica, entre outras ações no âmbito dos diversos profissionais da área e para uma efetiva ligação entre a comunidade e suas unidades de saúde. Hoje, o PACS encontra-se presente nos 27 estados da Federação, e conta com mais de 125 mil agentes. De 1994 a 2000, o número de agentes aumentou 340%.

SAÚDE DA FAMÍLIA
evolução da implantação - 1994/junho-2000
número de equipes



Fonte: Ministério da Saúde

O Programa Saúde da Família (PSF) tem como objetivo a reorganização da prática assistencial em novas bases e critérios, em substituição ao modelo tradicional, orientado para hospitais e para a cura de doenças. Sua atenção está centrada na família, entendida e percebida a partir do seu ambiente físico e social, possibilitando às equipes do Saúde da Família uma compreensão ampliada do processo saúde/doença, e da necessidade de intervenções que vão além de práticas curativas. O programa já foi implantado em 2.572 municípios, onde atua com mais de 7.860 equipes, que atendem a mais de 25 milhões de pessoas. De 1994 a 2000, o número de equipes aumentou mais de 20 vezes.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL



Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 a 1991 e Pnads 92 a 95/MS Elaboração: MF/SPE

A redução da mortalidade infantil permanece como alta prioridade do Governo. Nos últimos anos, os esforços desenvolvidos pelo Brasil na promoção da saúde da criança conseguiram reduzir significativamente a mortalidade infantil, que diminuiu 24% de 1990 a 1998.

A expansão do atendimento em saúde e as campanhas de vacinação foram fundamentais para a queda no índice de mortalidade. A implantação do Programa Saúde da Criança, com a promoção do aleitamento materno, a adoção do soro caseiro, o controle das infecções respiratórias e o acompanhamento do crescimento da criança, também colaborou para a melhoria desse quadro.

O programa do Ministério da Saúde para controle e prevenção da Aids também tem sido considerado uma referência internacional. O Brasil é um dos poucos países que distribuem gratuitamente os medicamentos necessários para tratamento ambulatorial da Aids. Apenas em 1999, o Governo Federal aplicou cerca de R\$ 600 milhões na compra de remédios para os portadores do vírus da Aids. Atualmente, mais de 85 mil pessoas recebem o tratamento na Rede Pública.

A política de acesso universal aos medicamentos, combinada com a terapia anti-retroviral, evitou 146 mil internações entre 1997 e 1999, e representou economia de US\$ 420 milhões aos cofres públicos.

O País conseguiu reduzir em 44% a estimativa de pessoas infectadas para o ano 2000. No início da década de 90, a Organização Mundial da Saúde (OMS) havia previsto que o Brasil teria 1,2 milhão de pessoas infectadas com o HIV no ano 2000. A última estimativa do Ministério da Saúde (1999) demonstrou que existem 537 mil pessoas infectadas.



A campanha permanente que o Ministério da Saúde vem promovendo entre os médicos, para estimular o teste HIV em todas as gestantes, vem tendo bons resultados. Até abril de 2000, mais de 1800 mulheres já haviam recebido tratamento com o AZT, que reduz em até 75% a chance de a mulher transmitir o vírus para o bebê.

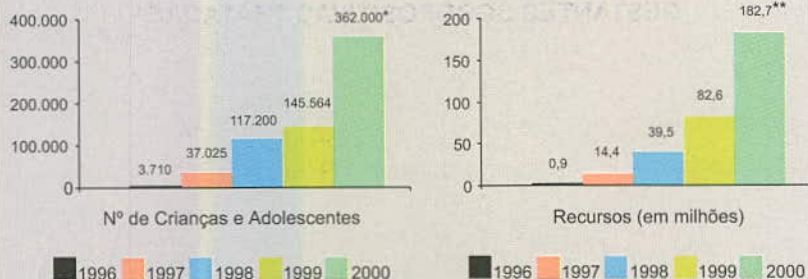
O Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas declarou, em maio de 2000, que o programa brasileiro contra a Aids é o melhor do mundo, inclusive por sua preocupação com a garantia dos direitos humanos e fundamentais dos doentes de Aids.

Para o Banco Mundial, as ações de assistência e prevenção da Aids destacaram-se no Brasil pela qualidade das campanhas educativas e pela capacidade do Governo Federal de se articular com diversos setores da sociedade, tais como organizações não-governamentais, empresas e Forças Armadas.

O Programa das Nações Unidas para Aids (UNAIDS) escolheu o Brasil para lançar a campanha mundial de combate à Aids de 1999, por ser um dos poucos países que oferecem de forma integral e universal os medicamentos para o tratamento da doença. A publicação de 1999 da UNAIDS, *The Best Practices*, considera as ações de prevenção e assistência desenvolvidas no Brasil exemplares.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL 1996/2000



* Previsão de Atendimento para o ano 2000

Fonte: Secretaria de Estado de Assistência Social

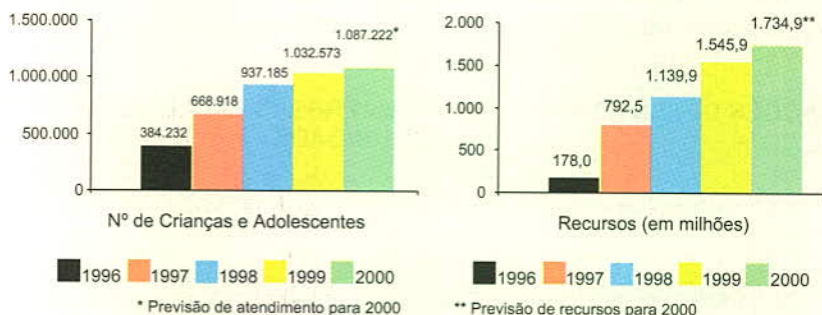
** Valores Previstos para o ano 2000

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), lançado em 1996, é executado em parceria com Estados, municípios e sociedade civil, e consiste em devolver às escolas todas as crianças que, submetidas a trabalhos considerados penosos, têm seu desenvolvimento comprometido.

Para isso, o Programa paga uma bolsa às famílias, para compensar a renda que as crianças geravam. Em contrapartida, é exigida a frequência escolar.

Benefício de Prestação Continuada

EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA 1996/2000



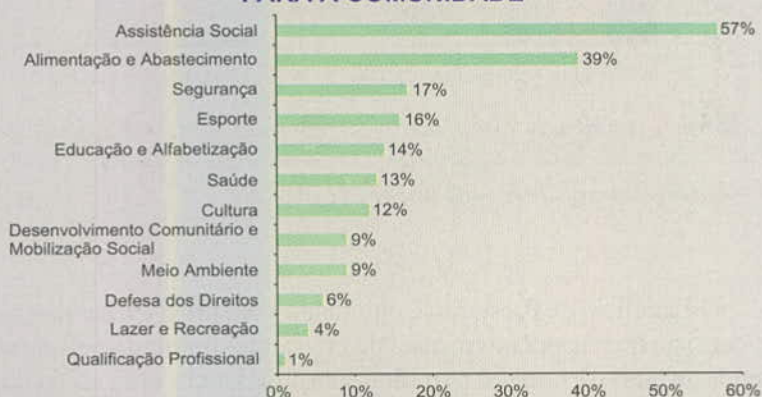
O Benefício de Prestação Continuada é um programa assistencial que consiste no pagamento mensal de um salário mínimo a idosos com 67 anos ou mais e a pessoas portadoras de deficiência, com renda familiar de até 1/4 de salário mínimo.

Esse benefício começou a ser pago em 1996 e hoje representa gasto anual de R\$ 1,5 bilhão, financiado pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

INICIATIVA PRIVADA E AÇÕES SOCIAIS

Recente pesquisa realizada pelo IPEA sobre Ação Social das Empresas na região Sudeste, de março de 2000, registra importantes ações sociais do setor privado para a comunidade.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELAS EMPRESAS EXCLUSIVAMENTE PARA A COMUNIDADE



Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas na Região Sudeste - IPEA/DICOD

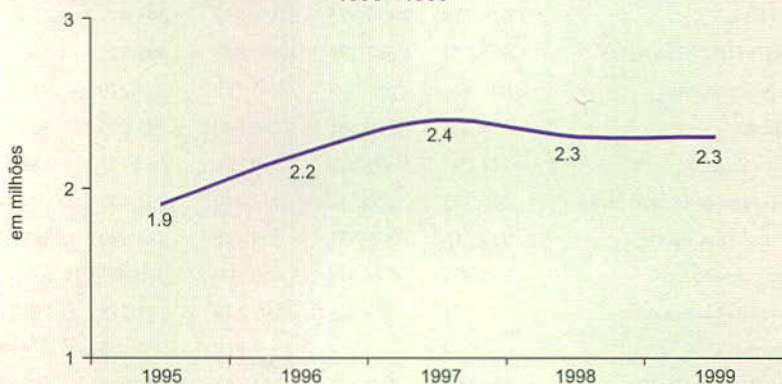
Em conformidade com o entendimento de que uma política de desenvolvimento social exige a participação de novos atores, tem sido observado que empresas e organizações do setor privado vêm mobilizando volume cada vez maior de recursos destinados à iniciativa social, com ações que rompem a dicotomia entre público e privado, e dão origem a uma esfera pública não-estatal.

Dentre 445 mil empresas pesquisadas, 67% realizam algum tipo de atividade social para a comunidade. São 300 mil empresas do Sudeste que desenvolvem ações sociais, incluindo desde pequenas ações eventuais até grandes projetos. Cerca de 57% das empresas declaram realizar ações de forma habitual.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

1995 - 1999



Fonte: MPASJ

Em 1999, a Previdência Social concedeu 2,25 milhões de benefícios, 4,1% a menos do que em 1998. A redução no ritmo de crescimento da concessão de benefícios certamente teve influência dos impactos da reforma previdenciária, que instituiu a regra de transição com os limites de idade de 53 anos para homens e 48 anos para mulheres, como condição de elegibilidade para a aposentadoria por tempo de contribuição.

Em 1999, foram concedidas 144.149 aposentadorias por tempo de contribuição, o que representa queda de 51,6% em comparação com o ano de 1998. Além disso, registrou-se elevação da idade média de concessão do benefício, de 48,9 anos, em 1998, para 52,25 anos em 1999.

**EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS
PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL 1995-1999
(ACUMULADO JANEIRO A DEZEMBRO)**

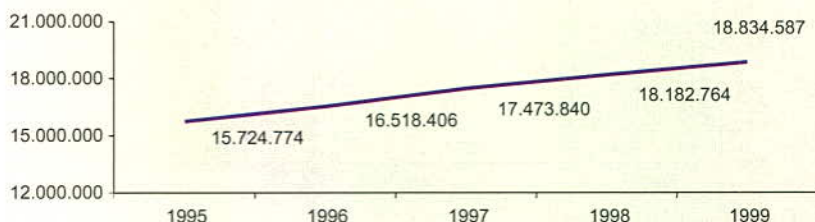
	1995	1996	1997	1998	1999
TOTAL	1.926.778	2.179.875	2.356.952	2.346.817	2.250.730
PREVIDENCIÁRIOS	1.673.077	1.587.793	1.847.583	1.898.325	1.860.277
Aposentadorias	678.976	650.747	846.168	834.270	725.719
Idade	250.300	230.885	298.948	391.636	399.324
Invalidez	112.293	99.620	129.806	144.777	182.246
Tempo de Contribuição	316.383	320.242	417.414	297.857	144.149
Pensão por Morte	329.145	275.577	280.452	283.290	277.917
Auxílio-Doença	584.401	573.588	606.596	630.972	653.456
Salário-Maternidade	76.541	83.923	109.849	145.388	199.202
Outros	4.014	3.958	4.518	4.405	3.983
ACIDENTÁRIOS	198.105	187.837	191.164	175.929	163.533
Aposentadorias	4.940	5.758	7.499	6.737	7.801
Pensão por Morte	5.277	3.973	3.869	3.282	2.947
Auxílio-Doença	172.706	159.289	159.272	149.872	136.024
Auxílio-Acidente	13.027	16.684	18.490	14.780	14.890
Auxílio-Suplementar	2.155	2.133	2.034	1.258	1.871
ASSISTENCIAIS	55.596	404.245	318.205	272.563	226.920

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social/MPAS

Considerando o estoque, em 1999 foram pagos pela Previdência Social, 18,8 milhões de benefícios, 3,6% a mais que em 1998. A grande maioria desses benefícios são aposentadorias e pensões, que representaram 83,5% do total de benefícios pagos em 1999.

EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL

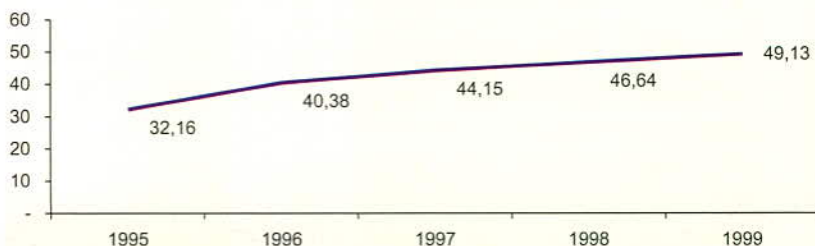
posição em dezembro 1999



Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social/MPAS

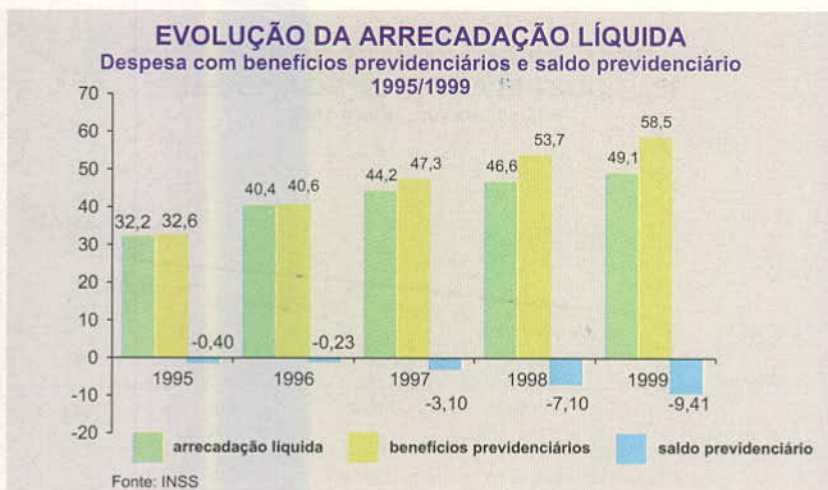
EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO LÍQUIDA

R\$ bilhões correntes



Fonte: INSS

As receitas da Previdência Social apresentaram desempenho ligeiramente superior ao de 1998, com arrecadação de R\$ 49,1 bilhões (5,33% superior a 1998). Os maiores ganhos em 1999 foram provenientes de medidas que focalizaram a recuperação de créditos, como depósitos judiciais, certificados da dívida pública e quitação de dívidas de algumas empresas. Essas medidas totalizaram incremento de R\$ 1,4 bilhão na arrecadação.

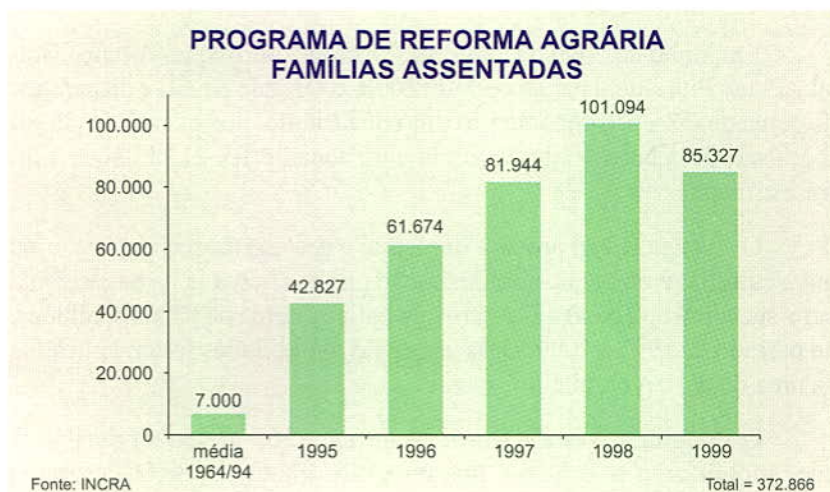


É importante destacar que o desempenho da arrecadação líquida ao longo do ano de 1999 foi marcado também pelos ganhos oriundos de outras medidas na área de arrecadação, como a cobrança de contribuição social pela Justiça do Trabalho e a retenção do recolhimento previdenciário de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra.

O déficit previdenciário, em 1999, totalizou R\$ 9,4 bilhões, 32,5% superior ao verificado em 1998. Como indica o gráfico, de 1998 para 1999 o crescimento do déficit foi menos acentuado do que o verificado entre os anos de 1997 e 1998. Tal comportamento é reflexo tanto da contenção do fluxo das aposentadorias por tempo de contribuição quanto do esforço de aumento da arrecadação, dada a implementação de medidas nesta área.

As aposentadorias no meio rural constituem verdadeiro programa de renda mínima, pois são benefícios concedidos sem a correspondente contribuição. De 1994 a 1998, o valor das aposentadorias rurais praticamente dobrou, atinge hoje quase R\$ 10 bilhões, e beneficia mais de 6 milhões de pessoas.

REFORMA AGRÁRIA



Foram assentadas 372.866 mil famílias entre 1995 e 1999 pelo Programa de Reforma Agrária.

A área de terras destinada à reforma agrária foi de 16 milhões de hectares, o equivalente a mais de duas Bélgicas.

O custo total do imóvel rural por família era de R\$ 19,4 mil, em 1995. Hoje, o custo foi reduzido para R\$ 9,3 mil, 52% menos do que em 1995.

Em 1995, o valor médio do hectare adquirido para reforma agrária era de R\$ 380,00. Hoje, caiu para R\$ 280,00. Em 1995, o Incra pagou em indenizações R\$ 166,5 milhões. Em 1999, esse montante caiu para R\$ 46,6 milhões.

O custo médio básico nacional por família assentada no início do Plano Real era de R\$ 40 mil, hoje, caiu para R\$ 25,2 mil. A redução de 37% foi possível graças, principalmente à estabilidade econômica.

AVANÇA BRASIL

Em junho de 2000 o Congresso Nacional aprovou o Avança Brasil – Plano Plurianual para o período 2000-2003, que envolve dispêndios de cerca de R\$ 1,1 trilhão no próximo quadriênio, dos quais R\$ 585 bilhões são dedicados ao desenvolvimento social e R\$ 212 bilhões à infra-estrutura.

O Avança Brasil procura implantar a gestão empreendedora, uma nova cultura gerencial na administração pública baseada na experiência bem-sucedida do Brasil em Ação, que aplicou cerca de R\$ 66,1 bilhões, no período de 1995 a 1999. Desse total, R\$ 40,8 bilhões foram aplicados na área de desenvolvimento social.

O Programa Avança Brasil identificou 365 projetos prioritários que mobilizarão o Governo nos próximos quatro anos. O Programa toma como referência o estudo “Eixos Nacionais de Desenvolvimento”. Esse estudo permitiu uma espécie de radiografia dos grandes problemas nacionais, com levantamento detalhado das potencialidades e dos entraves ao desenvolvimento das regiões e do País como um todo.

O citado estudo gerou um portfólio de investimentos públicos e privados nas áreas de infra-estrutura econômica, desenvolvimento social, informação e conhecimento e meio ambiente, à luz das demandas do País para o período 2000-2007. São R\$ 317 bilhões em projetos estruturantes e integrados, que terão efeito multiplicador e desencadearão outros investimentos.

Para a gestão do Plano, foi designado um gerente para cada programa, escolhidos entre técnicos qualificados, com sólida experiência profissional e espírito de liderança. Antes de assumir suas funções, os gerentes passam por amplo programa de treinamento. Além disso, também foi desenvolvido um sistema de informações gerenciais, que permite a comunicação e a integração, em tempo real, dos gerentes com os demais agentes envolvidos nos programas.

Com o Avança Brasil, o Governo adota uma visão estratégica de longo prazo para o desenvolvimento sustentável do País.

COMUNIDADE SOLIDÁRIA

Criada em 1995, a Comunidade Solidária é um novo modelo de atuação social baseado no princípio da parceria. Governo e sociedade uniram-se no combate à pobreza e à exclusão no Brasil, aumentando assim a participação da sociedade civil em iniciativas sociais. A promoção de parcerias entre o Governo e as organizações da sociedade civil é uma responsabilidade do Conselho da Comunidade Solidária. A articulação de parcerias dentro do próprio Governo, entre os níveis federal, estadual e municipal, é uma atribuição da Secretaria Executiva da Comunidade Solidária.

O Conselho da Comunidade Solidária, integrado por 28 representantes da sociedade civil e quatro do Governo, atua de três formas: promove a interlocução política entre o Governo e a sociedade civil na busca de soluções para os principais assuntos da agenda social; apóia as organizações sem fim lucrativos, o chamado Terceiro Setor.

Os três programas inovadores da Comunidade Solidária têm o objetivo de melhorar o relacionamento entre o Governo e a sociedade através de ações mais participativas e descentralizadas.

O Universidade Solidária é um programa que conta com a participação de alunos e professores universitários no trabalho em comunidades de alguns dos municípios mais pobres do País. As equipes transmitem informações e noções básicas de saúde, educação, organização comunitária e cidadania, envolvendo sobretudo os agentes multiplicadores locais – professores e seus alunos, agentes de saúde e lideranças comunitárias. O programa mobilizou, em seus cinco anos de atuação, o trabalho de 8.600 universitários, de 850 professores e de 160 universidades em cerca de 800 municípios brasileiros.

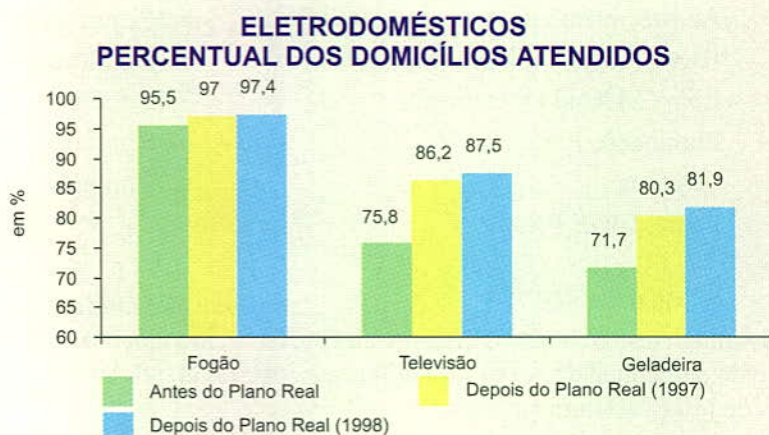
O programa Alfabetização Solidária foi criado com a missão de diminuir as taxas de analfabetismo no País entre os jovens de 12 a 18 anos, sem, porém, rejeitar adultos. Com base nos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são escolhidos os municípios com o maior número de analfabetos. Hoje, o programa está completando o atendimento de 1,1 milhão de brasileiros em 1.005 muni-

cípios de 15 Estados e nas áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

O Programa Capacitação Solidária tem como objetivo a capacitação profissional e a inserção no mercado de trabalho de jovens entre 14 e 21 anos, vindos de famílias de baixa renda de regiões metropolitanas. Os cursos, oferecidos por organizações da comunidade civil e financiados pela iniciativa privada, são escolhidos através de um concurso. O critério de escolha é o caráter inovador dos projetos propostos. O programa capacita ainda as Organizações Não-Governamentais envolvidas, com o curso Gestores Sociais, fortalecendo as comunidades onde atua. Entre 1996 e 1999, houve a parceria com 978 ONGs e foram treinados 51 mil jovens.

A partir de 1969 foi dado um passo adiante na política social já desenvolvida pela Comunidade Solidária. Foi lançado o programa Comunidade Ativa, a nova maneira encontrada pelo Governo Federal de induzir o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável no Brasil. (DELIS). A implantação da Comunidade Ativa começou em 150 municípios com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs) e com menos de 50 mil habitantes. Na Comunidade Ativa são os próprios municípios que identificam suas vocações e necessidades, e que decidem quais as ações prioritárias que devem compor a agenda local de desenvolvimento. Uma das novidades da Comunidade Ativa é a capacitação das lideranças locais, para que possam gerir o seu próprio processo de desenvolvimento.

CONSUMO E QUALIDADE DE VIDA



Desde a implementação do Plano Real, as condições de acesso à aquisição de produtos eletrodomésticos básicos melhoraram significativamente. Isso resultou do aumento do poder aquisitivo da população e da redução dos preços desses produtos em termos reais, inclusive devido à maior competição, tanto entre os produtores quanto entre os comerciantes.

INFRA-ESTRUTURA BÁSICA
NOVOS DOMICÍLIOS PARTICULARES ATENDIDOS
1993-1998

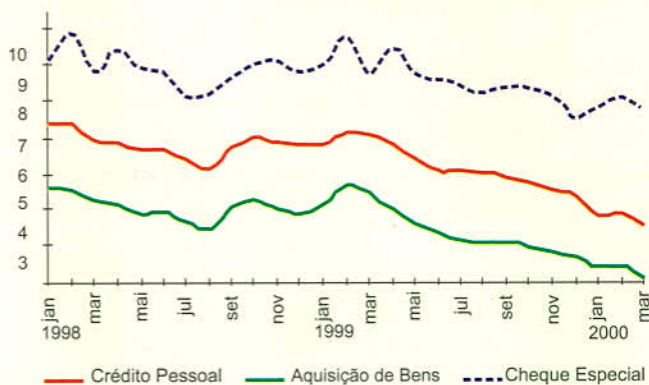
Abastecimento de Água (rede geral)	5,36 milhões
Esgotamento Sanitário (rede coletora)	3,38 milhões
Lixo Coletado Diretamente	7,02 milhões
Iluminação Elétrica	6,26 milhões
Telefone	6,09 milhões

Fonte: IBGE/PNAD

A estabilização promovida pelo Plano Real possibilitou que o Governo investisse mais na área social. Houve um incremento significativo do percentual de novos domicílios particulares atendidos por serviços de infra-estrutura básica.

Entre 1993 e 1998, ocorreram melhoras significativas na qualidade dos domicílios brasileiros: mais de cinco milhões de novos domicílios foram atendidos com abastecimento de água; mais de três milhões passaram a contar com esgotamento sanitário; e mais de seis milhões de novos domicílios passaram a ter acesso à eletricidade. Após o Plano Real, mais de sete milhões de novos domicílios estão contando com coleta de lixo, e aproximadamente seis milhões de famílias foram atendidas com a instalação de novas linhas telefônicas.

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JUROS PESSOAS FÍSICAS

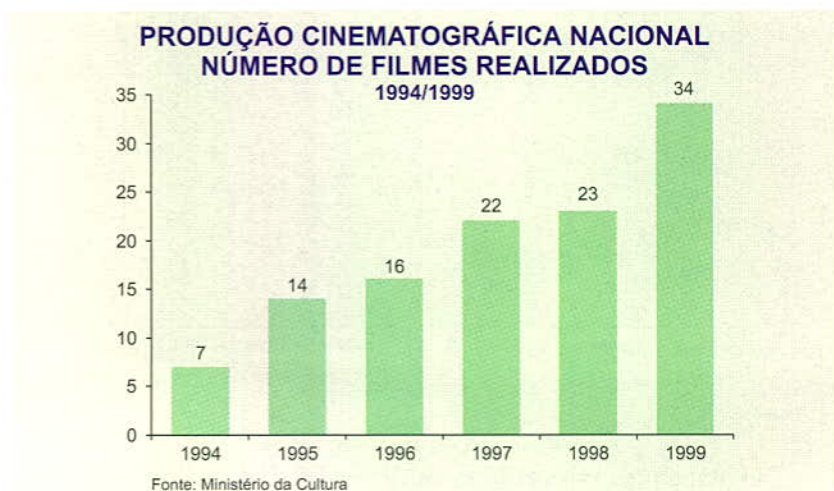


Paralelamente ao aumento da oferta de crédito às pessoas físicas, verificou-se durante 1999 redução das taxas de juros cobradas para empréstimos às pessoas físicas. As taxas médias de juros do cheque especial decresceram 11,40% nos últimos 12 meses a partir de março de 1999. As taxas de juros de aquisição de bens de consumo duráveis e não-duráveis caíram 43,66% em igual período, o que favoreceu o aumento do consumo no último trimestre de 1999 e no primeiro trimestre de 2000. Além disso, as taxas de juros de crédito pessoal diminuíram 36,43% no mesmo período. Esses movimentos explicam os resultados mais favoráveis das vendas de eletroeletrônicos no primeiro quadrimestre do ano 2000, que tiveram crescimentos de 27% e 2% respectivamente para os segmentos de imagem/som e de portáteis.

A redução das taxas de ponta nos empréstimos não apenas favorece o aumento das vendas no varejo, mas também facilita o pagamento das dívidas assumidas e a desaceleração do grau de endividamento dos agentes econômicos. Os dados de inadimplência de São Paulo, por exemplo, indicam melhoria relativa deste indicador nos últimos meses. A diferença entre os registros recebidos e cancelados apresentou uma média mensal de 124 mil registros líquidos em janeiro-maio de 2000. Em comparação, havia atingido 175 mil registros no mesmo período de 1999.

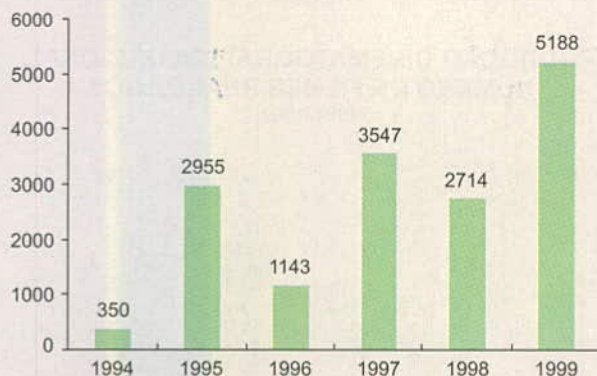
Como resultado das ações do Governo no sentido de reduzir o “spread” bancário e as taxas de juros ao tomador final, a oferta de crédito ao consumidor, medida como operações de crédito sem inadimplência, elevou-se 30,21% nos últimos 12 meses, a partir de março de 1999. As operações de crédito do setor público às pessoas físicas, inclusive operações do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), cresceram 56,55% no período, e os empréstimos do sistema financeiro privado, inclusive operações de arrendamento mercantil, cresceram 21,94% em igual período.

CINEMA BRASILEIRO – PRODUÇÃO AUDIOVISUAL



No audiovisual, a antes expressiva produção cinematográfica nacional foi praticamente paralisada de 1990 a 1992. Com a aprovação da Lei de Incentivo ao Audiovisual, em 1993, e a instituição do Prêmio Resgate, em 1994, a produção do setor começou a reagir. De 1990 a 1993, foram realizados 5 filmes, evoluindo para 117 no período de 1994 a 1999.

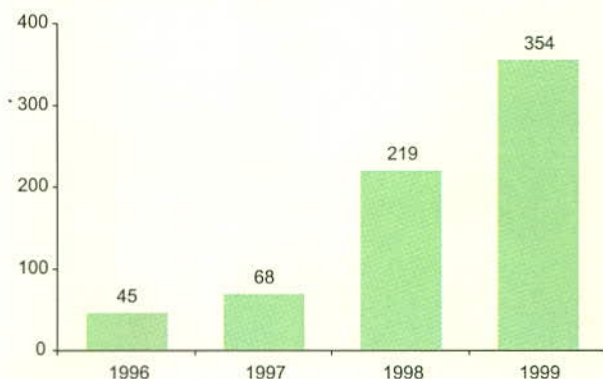
ESPECTADORES DE FILMES BRASILEIROS em 1000



Fonte: Ministério da Cultura

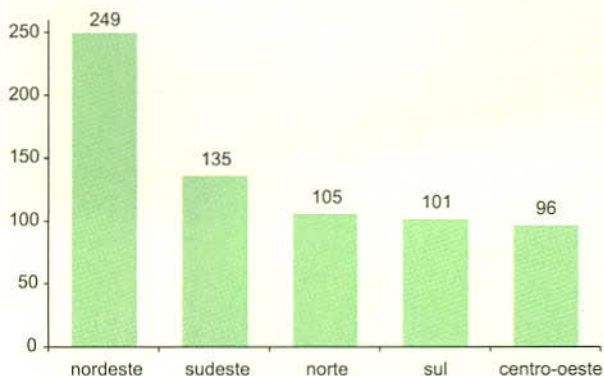
O número de espectadores de filmes brasileiros, que não passou de 350 mil em 1994, superou os cinco milhões em 1999. No primeiro semestre de 2000, mais de 3,3 milhões de pessoas assistiram as produções nacionais, estimando-se que até o final do exercício cerca de sete milhões de espectadores deverão frequentar as salas de exibição. Isso significou, em termos de ocupação nesse mercado, um salto de 3%, em 1995, para 9%, em 1999.

BIBLIOTECAS IMPLANTADAS por ano



Fonte: Ministério da Cultura

BIBLIOTECAS IMPLANTADAS por regiões



Fonte: Ministério da Cultura

Na área do livro e leitura, foram identificados 2.194 municípios que não dispunham de bibliotecas públicas. No período de 1996 a 1999, foram implantadas 686 bibliotecas, cujos investimentos em aquisição de acervos, equipamentos e mobiliários totalizaram mais de R\$ 27 milhões, que beneficiou todas as regiões do País, em especial o Nordeste.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Comunicação de Governo

Apoio Institucional

Ministério da Fazenda
Secretaria de Política Econômica
Banco Central do Brasil
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

COLEÇÃO DOCUMENTOS
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

EM PORTUGUÊS

1. DISCURSO DE DESPEDIDA DO SENADO FEDERAL
2. DISCURSO DE POSSE
3. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL — 1995
4. POLÍTICA EXTERNA — PRONUNCIAMENTOS (primeiro semestre de 1995)
5. POLÍTICA EXTERNA — PRONUNCIAMENTOS (segundo semestre de 1995)
6. A NOVA FASE DA PRIVATIZAÇÃO
7. CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO BRASIL
8. FATOS E DADOS SOBRE O BRASIL DO REAL
9. REAL, UM NOVO COMEÇO
10. PROPOSTA DE REFORMA ADMINISTRATIVA
11. PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA
12. DIREITOS HUMANOS: NOVO NOME DA LIBERDADE
E DA DEMOCRACIA
13. PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO
14. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL — 1996
15. OS RUMOS PARA 1996
16. PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
17. SOCIEDADES INDÍGENAS E A AÇÃO DO GOVERNO
18. COMUNIDADE SOLIDÁRIA: TODOS POR TODOS
19. O MERCADO DE TRABALHO E A GERAÇÃO DE EMPREGOS
20. POR UM BRASIL MAIS JUSTO — AÇÃO SOCIAL DO GOVERNO
21. UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
22. PRONUNCIAMENTOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — 1995
23. BRASIL EM AÇÃO — INVESTIMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO
24. POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL
25. GLOBALIZAÇÃO E OUTROS TEMAS CONTEMPORÂNEOS
26. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL — 1997
27. DOIS ANOS DE MUDANÇAS
28. REFORMA AGRÁRIA – COMPROMISSO DE TODOS
29. COMUNIDADE SOLIDÁRIA – RESULTADOS DE 2 ANOS
DE TRABALHO
30. TRÊS ANOS DE REAL
31. PRONUNCIAMENTOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA – 1996

32. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MUDANÇA SOCIAL E EMPREGO
33. BRASIL EM AÇÃO – RESULTADOS NO PRIMEIRO ANO
34. POR QUÊ REFORMAR A PREVIDÊNCIA? LIVRO BRANCO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
35. TRABALHO INFANTIL NO BRASIL – QUESTÕES E POLÍTICAS
36. COMUNIDADE SOLIDÁRIA — TRÊS ANOS DE TRABALHO
37. TRECHOS DE PRONUNCIAMENTOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — 1997
38. NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL — DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE
39. CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL
40. REAL: QUATRO ANOS QUE MUDARAM O BRASIL
41. PROGRAMA BRASIL EM AÇÃO — DOIS ANOS
42. 5 ANOS DO REAL — ESTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO
43. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL — 2000
44. O GOVERNO FEDERAL E OS COMPROMISSOS DA CUPULA DE COPENHAGUE

EM INGLÊS

1. PRIVATIZATION ENTERS A NEW PHASE
2. PUBLIC SERVICE CONCESSIONS IN BRAZIL
3. THE RESULTS OF THE REAL PLAN
4. THE TELECOMMUNICATION SECTOR IN BRAZIL
5. BRAZIL 1996: FROM REFORM TO GROWTH
6. THE IMPACT OF GLOBALIZATION ON DEVELOPING COUNTRIES — RISKS AND OPPORTUNITIES
7. NATIONAL PROGRAMME ON HUMAN RIGHTS
8. TWO YEARS OF CHANGE
9. LABOR MARKET AND EMPLOYMENT GENERATION IN BRAZIL
10. AGRARIAN REFORM – BRAZIL'S COMMITMENT
11. THREE YEARS OF THE REAL PLAN – BUILDING A BETTER BRAZIL
12. BRAZILIAN NATIONAL DEFENSE POLICY
13. INTERVIEWS WITH THE PRESIDENT
14. REAL PLAN – FOUR YEARS WHICH CHANGED BRAZIL
15. BRAZIL'S MACROECONOMIC STABILITY PROGRAM 1999-2001
16. BRAZIL'S MACROECONOMIC OUTLOOK
17. FIVE YEARS OF THE REAL PLAN — STABILITY AND DEVELOPMENT

EM FRANCÊS

1. SOCIÉTÉS INDIGÈNES ET L'ACTION DU GOUVERNEMENT
2. COMMUNAUTÉ SOLIDAIRE: TOUS POUR TOUS
3. PROGRAMME NATIONAL DES DROITS DE L'HOMME
4. BRÉSIL: DES RÉFORMES À LA CROISSANCE
5. DEUX ANNÉES DE CHANGEMENTS
6. TROIS ANS DE REAL – LA CONSTRUCTION D'UN BRÉSIL MEILLEUR

EM ESPANHOL

1. BRASIL, 1996 DE LAS REFORMAS AL CRESCIMIENTO
2. PROGRAMA NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS
3. DOS AÑOS DE CAMBIOS
4. EL MERCADO DE TRABAJO Y LA GENERACIÓN DE EMPLEOS
5. ENTREVISTAS CON EL PRESIDENTE
6. REAL: CUATRO AÑOS QUE TRANSFORMARON A BRASIL
7. 5 AÑOS DEL REAL — ESTABILIDAD Y DESARROLLO

Cópias adicionais desta publicação podem ser solicitadas à
Presidência da República
Secretaria de Estado de Comunicação de Governo
Esplanada dos Ministérios, bloco A, 6º andar
Telefones: (061) 411-4834 e 411-4837
Fax: (061) 321-2230
Brasília, DF
CEP: 70054-900
Consulte, também, nossa página na Internet:
<http://www.presidencia.gov.br>

ESTA OBRA FOI FORMATADA
E IMPRESSA PELA
IMPrensa NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70610-460, BRASÍLIA, DF,
EM 2000, COM UMA TIRAGEM
DE 5.000 EXEMPLARES



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO

